



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**CAMOCIM  
DE SÃO FÉLIX**  
Camocim muda com Você!

# **Lei das Diretrizes Orçamentária**

**Lei nº. 500/2016**

**2017**



**LEI Nº. 500, DE 17 DE AGOSTO DE 2016.**

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para o exercício de 2017 e dá outras providências.

**O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CAMOCIM DE SÃO FÉLIX**, Estado de Pernambuco, no uso das atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal, consoante disposições contidas no § 1º do art. 124, da Constituição do Estado de Pernambuco, do art. 165, § 2.º, da Constituição Federal e do art. 4.º, da Lei Complementar n.º101, de 04 de maio de 2000, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I**  
**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**  
**Seção I**  
**Das Disposições Preliminares**

Art. 1º São estabelecidas, em cumprimento às disposições do art. 165, inciso II e § 2º da Constituição Federal, do § 1º do art. 124 da Constituição do Estado de Pernambuco, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 31, de 2008 e da Lei Complementar nº 101, de 2000 (LRF), as diretrizes orçamentárias do Município para o exercício de 2017, compreendendo:

- I - as metas e prioridades da Administração Municipal;
- II - a estrutura e organização dos orçamentos;
- III - a elaboração da proposta orçamentária;
- IV - disposições sobre a execução e as alterações orçamentárias;
- V - disposições sobre o equilíbrio entre receitas e despesas;
- VI - disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;
- VII - disposições sobre dívidas, inclusive com órgãos previdenciários;
- VIII - disposições sobre operações de crédito;
- IX - critérios para limitação de empenho;
- X - exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas, subvenções e auxílios;
- XI - disposições sobre condições para o Município auxiliar o custeio de despesas próprias de outro ente federativo;
- XII - disposições sobre alteração na legislação tributária;

- XIII - disposições sobre o controle das despesas obrigatórias de caráter continuado;
- XIV - disposições sobre controle e fiscalização;
- XV - normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas;
- XVI - disposições gerais.

## **Seção II**

### **Do Anexo de Definições, Conceitos e Convenções.**

Art. 2º. As definições, conceitos e convenções aplicáveis a esta Lei, constam do Anexo de Definições, Conceitos e Convenções (ADCC), em consonância com a legislação pertinente e a regulamentação nacionalmente unificada estabelecida pela Secretaria do Tesouro Nacional para vigorar, a partir do exercício de 2016, na União, nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios, por meio dos seguintes manuais:

I - Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF), a partir do exercício de 2017, aprovado pela Portaria STN nº 403, de 28 de junho de 2016;

II - Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – 6º edição, a partir do exercício de 2015:

- a) Parte I: Procedimentos Contábeis Orçamentários, aprovado pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 01, de 10 de dezembro de 2014;
- b) Parte II: Procedimentos Contábeis Patrimoniais, aprovado pela Portaria STN nº 700, de 10 de dezembro de 2014;
- c) Parte III - Procedimentos Contábeis Específicos, aprovado pela Portaria STN nº 700, de 10 de dezembro de 2014;
- d) Parte IV - Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, aprovado pela Portaria STN nº 700, de 10 de dezembro de 2014;
- e) Parte V: Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, aprovado pela Portaria STN nº 700, de 10 de dezembro de 2014.

## **CAPÍTULO II**

### **METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL**

#### **Seção I**

#### **Das Prioridades e Metas**

Art. 3º As metas e prioridades da Administração Municipal, constantes desta Lei e de seus anexos, estabelecidas em consonância com a legislação constitucional e





infraconstitucional específicas, terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 1º Durante a execução orçamentária o acompanhamento do cumprimento das metas será feito com base nas informações do Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO, para cada bimestre e do Relatório de Gestão Fiscal – RGF, relativo a cada quadrimestre, publicados nos termos da legislação vigente.

§ 2º O Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública, conforme art. 9º, § 4º da Lei Complementar nº 101, de 2000 e disposições do art. 48 da referida Lei, atualizada pela Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009.

Art. 4º A elaboração e aprovação do Projeto de Lei Orçamentária de 2017 e a execução da respectiva Lei deverão ser compatíveis com a obtenção de equilíbrio das contas públicas e metas previstas no Anexo de Metas Fiscais (AMF), que poderão ser revistas em função de modificações na política macroeconômica e na conjuntura econômica nacional e estadual.

## **Seção II** **Do Anexo de Prioridades**

Art. 5º As prioridades para elaboração e execução do Orçamento Municipal de 2017, constam do Anexo de Metas e Prioridades, que integra esta Lei com a denominação de **ANEXO 01**.

§ 1º As ações prioritárias para execução durante o exercício de 2017, identificadas por programa governamental, descrição resumida e as ações governamentais, constam do **Anexo 01**, que integra esta Lei, em consonância com o Plano Plurianual (PPA).

§ 2º As ações dos programas integrados a proposta orçamentária para 2017, por meio dos projetos e atividades a eles relacionados, na conformidade da regulamentação nacionalmente unificada, em consonância com o PPA e com esta LDO.

§ 3º Terão prioridade os projetos em andamento e as atividades destinadas ao funcionamento dos órgãos e entidades que integram os Orçamentos, Fiscal e da Seguridade Social, serviços essenciais, despesas decorrentes de obrigações

constitucionais e legais, os quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária de 2017.

### Seção III Do Anexo de Metas Fiscais

Art. 6º As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2017, 2018 e 2019, de que trata o artigo 4º da Lei Complementar nº 101/2000, são as constantes no **Anexo 02**, composto dos seguintes demonstrativos:

- Memória e Metodologia de Cálculo das Metas Anuais;
- Metas Anuais;
- Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do exercício anterior;
- Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;
- Evolução do Patrimônio Líquido;
- Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;
- Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do RPPS;
- Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;
- Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado; e
- Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências

§ 1º O Anexo de Metas Fiscais abrange os órgãos da Administração Direta, entidades da Administração Indireta, constituídas pelas autarquias, fundações, fundos especiais, e empresas públicas que recebem recursos dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, inclusive sob a forma de subvenções para pagamento de pessoal e custeio, ou de auxílios para pagamento de despesas de capital.

§ 2º A compensação de que trata o art. 17 da Lei Complementar nº 101, de 2000, quando da criação ou aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado, poderá ser realizado a partir do aproveitamento da margem de expansão prevista no art. 4º, § 2º inciso V da LRF, desde que observados os limites das respectivas dotações constantes na Lei Orçamentária de 2017 e de seus créditos adicionais.

Art. 7º Na elaboração da proposta orçamentária para 2017, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas fiscais estabelecidas nesta Lei e identificadas no **Anexo 02**, com a finalidade de compatibilizar as despesas orçadas com a receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio orçamentário.





#### **Seção IV** **Do Anexo de Riscos Fiscais**

Art. 8º O Anexo de Riscos Fiscais (ARF), que integra esta Lei por meio do **Anexo 03**, dispõe sobre a avaliação dos passivos contingentes capazes de afetar as contas públicas e informa as providências a serem tomadas, caso os riscos se concretizem.

Art. 9º Os recursos de reserva de contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, obtenção de resultado primário positivo, e como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais, consoante inciso III do art. 5º da Lei Complementar nº 101, de 2000.

§ 1º O ARF que integra esta Lei obedece à orientação técnica do Manual de Demonstrativos Fiscais aprovado pela Portaria STN nº 533, de 22 de setembro de 2014, da Secretaria do Tesouro Nacional.

§ 2º Os orçamentos para o exercício de 2017 destinarão recursos para reserva de contingência, prevista no Inciso III do art. 5º da Lei Complementar nº 101, de 2000, não inferiores a 1% (um por cento) da receita corrente líquida prevista para o referido exercício.

§ 3 A reserva de contingência será constituída exclusivamente de recursos do orçamento fiscal, podendo ser utilizada para compensar a expansão de despesa obrigatória de caráter continuado além do previsto no projeto de lei orçamentária e das medidas tomadas pelo Poder Executivo, estabelecidas no art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000.

#### **Seção V** **Da Avaliação e do Cumprimento de Metas**

Art. 10. Durante o exercício de 2017, o acompanhamento da gestão fiscal será feito por meio dos Relatórios RREO e RGF, elaborados de acordo com orientações constantes no MDF aprovado pela Portaria STN nº 403, de 28 de junho de 2016.

Art. 11. O Demonstrativo II, do Anexo de Metas Fiscais, contém dados e informações exigidos em regulamento a respeito de metas e análise dos resultados do exercício de 2015, para atender ao art. 4º, § 2º, inciso I da Lei Complementar nº 101, de 2000.

#### **CAPÍTULO III** **ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS**



### **Seção I** **Das Classificações Orçamentárias**

Art. 12. Na elaboração e execução dos orçamentos serão respeitados os dispositivos, conceitos e definições da Lei Complementar N° 101, de 2000, da Lei Federal n° 4.320, de 17.03.64 e do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, Parte I: Procedimentos Contábeis Orçamentários, aprovado pela Portaria Conjunta STN/SOF n° 01, de 10 de dezembro de 2014.

Art. 13. Cada programa será identificado no orçamento, onde as dotações respectivas conterão os recursos para realização das ações necessárias a fim de atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades e projetos, especificados valores, órgãos e unidades orçamentárias responsáveis pela realização.

Art. 14. As dotações, relacionadas à função encargos especiais, englobam as despesas orçamentárias em relação às quais, nos termos da Portaria MOG n° 42, de 14 de abril de 1999 e do Manual de Procedimentos Contábeis e Orçamentários a partir do exercício de 2015, não se pode associar um bem ou serviço a ser gerado, pois não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo.

Parágrafo único. As dotações relativas à classificação orçamentária, de que trata o caput deste artigo, vinculam-se ao programa Operações Especiais, identificado no Orçamento por zeros e na Função 28 (vinte e oito), destinada aos encargos especiais, para suportar as despesas com:

- I - Amortização, juros e encargos de dívida;
- II - Precatórios e sentenças judiciais;
- III - Indenizações;
- IV - Restituições, inclusive de saldos de convênios;
- V - Ressarcimentos;
- VI - Amortização de dívidas previdenciárias;
- VII - Outros encargos especiais.

Art. 15. A classificação institucional identificará as unidades orçamentárias agrupadas em seus respectivos órgãos.

Art. 16. A vinculação entre os programas constantes do PPA, os projetos e atividades incluídos no orçamento municipal e a relação das ações que integram o Anexo de Prioridades desta Lei, será evidenciada por meio da indicação do histórico descritor, objetivos e/ou da função de governo respectiva.



## Seção II Da Organização dos Orçamentos

Art. 17. Os orçamentos, fiscal e da seguridade social, compreenderão as programações dos Poderes, Legislativo e Executivo, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive as fundações instituídas e mantidas pelo Município e discriminarão suas despesas com os seguintes detalhamentos:

I - programa de trabalho do órgão;

II - despesa do órgão e unidade orçamentária, evidenciando as classificações institucional, funcional e programática, projetos, atividades e operações especiais, e especificando as dotações por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação.

Parágrafo único. Os grupos de despesas, identificados a seguir, têm a função de agregar elementos de despesas com as mesmas características quanto ao objeto de gasto, conforme consta de regulamento nacionalmente unificado pela STN:

- I - Grupo 1: Pessoal e Encargos Sociais;
- II - Grupo 2: Juros e Encargos da Dívida;
- III - Grupo 3: Outras Despesas Correntes;
- IV - Grupo 4: Investimentos;
- V - Grupo 5: Inversões Financeiras;
- VI - Grupo 6: Amortização da Dívida;
- VII - Grupo 9: Reserva de Contingência.

Art. 18. A Reserva de Contingência, prevista no Inciso III do art. 5º da Lei Complementar nº 101, de 2000, será identificada pelo dígito 9 (nove) isolado dos demais grupos, no que se refere à natureza de despesa.

§ 1º. Os recursos da reserva de contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, obtenção de resultado primário positivo, e como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais.

§ 2º. Caso não seja necessária a utilização da reserva de contingência para sua finalidade precípua, no todo ou em parte, consoante disposições do art. 5º, inciso III da Lei Complementar nº 101, o saldo remanescente poderá ser utilizado para a cobertura de créditos adicionais.



Art. 19. O orçamento da seguridade social, compreendendo as áreas de saúde, previdência e assistência social, será elaborado de forma integrada, nos termos do § 2º do art. 195 da Constituição Federal, assegurada a cada área a gestão de seus recursos.

Art. 20. Na elaboração da proposta orçamentária do Município, para o exercício de 2017, será assegurado o equilíbrio entre receitas e despesas, ficando vedada à consignação de crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada e permitida a inclusão de projetos genéricos, consoante disposições do art. 5º, § 4º da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 21. Constarão dotações no orçamento de 2017 para as despesas relativas à amortização da dívida consolidada do Município e atendimento das metas de resultado nominal, assim como para o custeio de obrigações decorrentes do serviço da dívida pública.

### **Seção III** **Do Projeto da Lei Orçamentária**


Art. 22. A proposta orçamentária, para o exercício de 2017, que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal de Vereadores, no prazo estabelecido no art. 124, § 1º, inciso III da Constituição do Estado de Pernambuco, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 31, promulgada em 27 de junho de 2008, pela Assembleia Legislativa, será constituído de:

- I - Mensagem;
- II - Texto do Projeto de Lei Orçamentária Anual;
- III - Anexos.

§1º O texto do projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) conterà as disposições permitidas pelo art. 165, § 8º da Constituição Federal, seguirá as normas da Lei Complementar nº 101, de 2000 e da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 (Lei de Finanças Públicas).

§2º A composição dos anexos de que trata o inciso II do caput deste artigo será feita por meio de quadros orçamentários, incluindo os anexos definidos pela Lei 4.320, de 17 de março de 1964 e outros demonstrativos estabelecidos para atender disposições legais, conforme discriminação abaixo:

- I - Quadro de discriminação da legislação da receita;
- II - Tabelas e Demonstrativos:





- a) Tabela explicativa da evolução da receita arrecadada nos exercícios de 2015, 2016 e estimada para 2017;
- b) Tabela explicativa da evolução da despesa realizada nos exercícios de 2015, 2016 e estimada para 2017;
- c) Demonstrativo consolidado da receita resultante de impostos e da despesa consignada na proposta orçamentária para 2017, para Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), bem como o percentual orçado para aplicação na MDE, consoante disposição do art. 212 da Constituição Federal;
- d) Demonstrativo consolidado das receitas indicadas no art. 77 do ADCT da Constituição Federal e das despesas fixadas na proposta orçamentária para 2017, destinadas às ações e serviços públicos de saúde no Município;
- e) Demonstrativo dos recursos destinados ao atendimento aos programas e ações de assistência à criança e ao adolescente.

III- Anexos da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 que integrarão o orçamento:

- a) Anexo 1: Demonstrativo da receita e da despesa segundo as categorias econômicas;
- b) Anexo 2: Demonstrativo das receitas segundo as categorias econômicas;
- c) Anexo 2: Demonstrativo da despesa por categoria econômica, por unidade orçamentária;
- d) Anexo 2: Demonstrativo consolidado da despesa por categoria econômica;
- e) Anexo 6: Demonstrativo da despesa por programa de trabalho, projetos, atividades e operações especiais, por unidade orçamentária;
- f) Anexo 7: Demonstrativo dos programas de trabalho, indicando funções, subfunções, projetos e atividades;
- g) Anexo 8: Demonstrativo da despesa por funções, subfunções e programas conforme o vínculo;
- h) Anexo 9: Demonstrativo da despesa por órgãos e funções.

IV- Demonstrativo da compatibilidade da programação orçamentária com os objetivos e metas da LDO.

§ 3º A mensagem, de que trata o inciso III do caput deste artigo, conterá:

- I - Análise da conjuntura econômica enfocando os aspectos que influenciem o Município;
- II - Resumo da política econômica e social do Governo Municipal;



III - Justificativa da estimativa e da fixação de receitas e despesas;

IV - Informações sobre a metodologia de cálculo e justificativa da estimativa da receita e da despesa fixada.

§ 4º Não poderão ser incluídos na Lei orçamentária projetos novos com recursos provenientes da anulação de projetos em andamento.

§ 5º Serão consignadas atividades distintas para despesas com pessoal de magistério e outras despesas de pessoal do ensino.

§ 6º No projeto de lei orçamentária, as receitas e as despesas serão orçadas em moeda nacional, segundo os preços correntes vigentes em junho de 2016.

§ 7º Na estimativa das receitas que integrarão o orçamento de 2017 considerar-se-á a tendência do presente exercício de 2016, as perspectivas para a arrecadação no exercício de 2017 e as disposições desta Lei.

§ 8º As despesas e as receitas serão demonstradas de forma sintética e agregada e evidenciados “déficit” ou “superávit” corrente, no orçamento anual.

§ 9º O valor da dotação destinada à reserva de contingência, no orçamento de 2017, não poderá ser inferior a 1% (um por cento) da receita corrente líquida.

§ 10. A Modalidade de aplicação (99 – a ser definida) será utilizada para classificação orçamentária de reserva de contingência.

§ 11. Constarão do orçamento dotações destinadas à execução de projetos a serem executados com recursos oriundos de transferências voluntárias do Estado e da União, assim como para as contrapartidas, nos termos da LDO da União e do Estado.

Art. 23. No texto da lei orçamentária para o exercício de 2017 constará autorização para abertura de créditos adicionais suplementares, conforme estabelece o art. 165, § 8º da Constituição Federal, de até 50% (cinquenta por cento) do total dos orçamentos e autorização para contratar operações de crédito, respeitadas as disposições da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, Resoluções do Senado Federal e demais disposições legais pertinentes.

Art. 24. Não se incluem no limite estabelecido no art. 23, as suplementações de dotações do mesmo grupo, para atendimento das seguintes despesas:

- I - pessoal e encargos sociais;
- II - pagamentos do sistema previdenciário;



- III - pagamento do serviço da dívida;
- IV - pagamento das despesas correntes relativas à operacionalização do Sistema Único de Saúde e do Sistema Municipal de Ensino;
- V - transferências de fundos ao Poder Legislativo;
- VI - despesas com assistência social de atendimento a famílias, crianças, adolescentes e aos idosos;
- VII - despesas destinadas à defesa civil, combate aos efeitos de catástrofes, secas e as epidemias.

Art. 25. Será considerada a obtenção de superávit primário na elaboração do projeto, na aprovação e execução da lei orçamentária para 2017, bem como deverá ser evidenciada a transparência da gestão, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da sociedade as informações, onde se inclui a Internet, na forma da Lei.

Art. 26. Poderão constar da proposta orçamentária dotações para programas, projetos e atividades constantes do Projeto de Lei de Revisão do Plano Plurianual (PPA) em tramitação na Câmara de Vereadores, em decorrência das disposições do art. 124, § 1º, da Constituição do Estado de Pernambuco, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº. 31, de 27 de junho de 2008, que estipulou o mesmo prazo de 05 (cinco) de outubro de 2015, para apresentação da proposta da Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2017 e do projeto de lei de Revisão do Plano plurianual 2013/2017 para o próximo exercício, ao Poder Legislativo.

#### **Seção IV** **Das Alterações e do Processamento**

Art. 27. A proposta orçamentária poderá ser emendada, respeitadas as disposições do art. 166, §3º da Constituição Federal, devendo o orçamento ser devolvido à sanção do Poder Executivo devidamente consolidado, com todas as emendas e anexos.

§ 1º. O Poder Executivo fornecerá em meio eletrônico os arquivos do texto legal e dos anexos da proposta orçamentária ao Poder Legislativo.

§ 2º. As emendas feitas ao projeto de lei orçamentária e seus anexos, consideradas inconstitucionais ou contrárias ao interesse público, poderão ser vetadas pelo Chefe do Poder Executivo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, consoante disposições do § 1º do art. 66 da Constituição Federal, que comunicará os motivos do veto dentro de quarenta e oito horas a Presidente da Câmara de Vereadores.



§ 3º. O veto às emendas mencionadas no caput deste artigo restabelecerá a redação inicial da dotação constante da proposta orçamentária.

§ 4º. Os autógrafos da lei orçamentária aprovada na Câmara serão devolvidos à sanção do prefeito impressos e na forma do § 1º deste artigo.

Art. 28. O prefeito do Município poderá enviar mensagem à Câmara Municipal para propor modificações no projeto de lei do orçamento anual, enquanto não iniciada a votação na Comissão específica.

Art. 29. As alterações decorrentes da abertura e reabertura de créditos adicionais integrarão os quadros de detalhamento da despesa.

Art. 30. Durante a execução orçamentária o Poder Executivo poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais nos orçamentos dos órgãos, unidades administrativas e gestoras, na forma de crédito adicional especial, observada a Lei 4.320, de 17 de março de 1964 e autorização da Câmara de Vereadores.

Art. 31. O remanejamento ou a transferência de recursos de um elemento de despesa para outro, dentro de uma mesma unidade orçamentária, será feita por Decreto, desde que não seja alterado o valor autorizado pela Câmara de Vereadores no Orçamento Municipal para a referida unidade e respeitadas às disposições do art. 212 da Constituição Federal e do art. 77 do ADCT da Constituição da República.

Art. 32. Poderão ser incluídos programas novos, criados pela União ou pelo Estado de Pernambuco, por meio de alteração, aprovada por Lei, no Plano Plurianual, nesta Lei de Diretrizes Orçamentárias e no Orçamento Anual, e seus anexos, no decorrer do exercício de 2017.

**CAPÍTULO IV**  
**DAS RECEITAS E DAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA**  
**Seção Única**  
**Da Receita Municipal e das Alterações na Legislação Fiscal**

Art. 33. Na elaboração da proposta orçamentária para 2017, observadas as disposições da Lei Complementar nº 101, de 2000, para efeito de previsão de receita, deverão ser considerados os seguintes fatores:



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**CAMOCIM  
DE SÃO FÉLIX**

- I - efeitos decorrentes de alterações na legislação;
- II - variações de índices de preços;
- III - crescimento econômico;
- IV - evolução da receita nos últimos três anos.

Art. 34. Na ausência de parâmetros atualizados do Estado de Pernambuco, poderão ser considerados índices econômicos e outros parâmetros nacionais.

Art. 35. A estimativa da receita para 2017 consta de demonstrativos do Anexo 02, desta Lei, conforme metodologia e memória de cálculo que integra o Anexo de Metas Fiscais desta LDO, elaborados consoante disposições da legislação em vigor.

§ 1º A estimativa de receita que integra o ANEXO 02 desta Lei fica disponibilizada para o Poder Legislativo, nos termos do art. 12, § 3º da Lei Complementar nº 101, de 2000 (LRF).

§ 2º Poderá ser considerada, no orçamento para 2017, previsão de receita com base na arrecadação estimada decorrente de alteração na legislação tributária, inclusive estimativa de acréscimos na participação do Município na distribuição de royalties de petróleo.

§ 3º Na proposta orçamentária o montante previsto para as receitas de operações de crédito não poderá ser superior ao das despesas de capital, nos termos do art. 12, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 36. As leis relativas às alterações na legislação tributária que dependam de atendimento das disposições da alínea “b” do inciso III do art. 150 da Constituição Federal, para vigorar no exercício de 2017, deverão ser aprovadas e publicadas dentro do exercício de 2015.

Art. 37. Constarão dos orçamentos as receitas de transferências intraorçamentárias em contrapartida com as despesas transferidas na modalidade de aplicação 91 – Aplicações Diretas Decorrentes de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

Art. 38. O montante estimado para receita de capital, constante nos anexos desta LDO para 2017, poderá ser modificado na proposta orçamentária, para atender previsão de repasses, destinados a investimentos.

§ 1º. A execução da despesa de que trata o caput deste artigo fica condicionada à viabilização das transferências dos recursos respectivos.



§ 2º. Ocorrendo a situação prevista no caput deste artigo, deverá haver justificção na mensagem que acompanha a proposta orçamentária para 2017 ao Poder legislativo.

Art. 39. A reestimativa de receita na LOA para 2017, por parte do Poder Legislativo só será permitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal, conforme assim determina o § 1º, do art. 12 da Lei Complementar nº 101, de 2000, devidamente demonstrada.

§ 1º. Para cumprimento do disposto no § 3º do art. 12 da Lei Complementar nº. 101, de 2000, são consideradas as receitas estimadas nos anexos desta Lei para o exercício de 2017.

§ 2º Poderão constar da proposta orçamentária receitas provenientes de royalties de petróleo em valor estimado de acordo com a nova redistribuição das transferências, decorrente de projeto em tramitação no Congresso Nacional.

Art. 40. O Poder Executivo poderá encaminhar ao Poder Legislativo projetos de lei propondo alterações na legislação, inclusive na que dispõe sobre tributos municipais, se necessárias à preservação do equilíbrio das contas públicas, à concessão da justiça fiscal, à eficiência e modernização da máquina arrecadadora, alteração das regras de uso e ocupação do solo, subsolo e espaço aéreo, bem como ao cancelamento de débitos cujo montante seja inferior aos respectivos custos de cobrança.

Art. 41. Os projetos de lei de concessão de anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que impliquem redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado, deverão atender ao disposto no art. 14 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000 (Lei da Responsabilidade Fiscal). Devendo a receita denunciada ser compensada sem acompanhamento de estudo de impacto orçamentário.

Parágrafo único. Os projetos de lei aprovados que resultem em renúncia de receita em razão de concessão de incentivo ou benefício de natureza tributária, financeira, creditícia ou patrimonial, ou que vinculem receitas e despesas, órgãos ou fundos, deverão conter cláusula de vigência de, no máximo, 5 (cinco) anos.

Art. 42. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para os



efeitos do disposto no § 2º do art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 e legislação aplicável.

Art. 43. Com vistas a assegurar o conhecimento da composição patrimonial a que se refere o art. 85 da Lei 4.320, de 17 de março de 1964, a contabilidade reconhecerá o ativo referente aos créditos tributários e não tributários a receber, inclusive o montante dos tributos lançados em 2017 e não arrecadados até o encerramento do exercício, que serão inscritos em dívida ativa no final de 2017.

Parágrafo único. O Setor de tributação registrará em sistema informatizado os valores lançados e arrecadados e informará mensalmente a contabilidade, para permitir o conhecimento dos créditos a receber.

Art. 44. O produto da receita proveniente da alienação de bens será destinado apenas às despesas de capital, nas hipóteses legalmente permitidas.

**CAPÍTULO V**  
**DA DESPESA PÚBLICA**  
**Seção I**  
**Da Execução da Despesa**

Art. 45. As despesas serão executadas diretamente pela Administração e/ou por meio de movimentação entre o Município e entes da Federação e entre entidades privadas ou consórcios públicos, por meio de transferências e delegações de execução orçamentária, nos termos da Lei.

§ 1º. Para os efeitos desta Lei, entende-se por:

- I - execução física, a realização da obra, fornecimento do bem ou prestação do serviço;
- II - execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;
- III - execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar.

Art. 46. À execução da Lei Orçamentária e dos créditos adicionais abertos ou reabertos no exercício obedecerá aos princípios constitucionais de legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência da Administração Pública.

§ 1º. A realização de atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial, relativa ao exercício findo, não será permitida, exceto os registros e ajustes para fins de





elaboração das demonstrações contábeis, os quais deverão ser efetuados até o trigésimo dia de seu encerramento.

§ 2º. O órgão central responsável pela contabilidade do Município e pela consolidação das contas para atender ao disposto na Lei Complementar nº 101, de 2000 e na legislação aplicável, estabelecerá procedimentos que deverão ser seguidos ao longo do exercício, sobretudo no mês de dezembro, para que o processo de encerramento contábil de 2017 ocorra dentro dos prazos legais.

§ 3º. Os gestores de fundos especiais e entidades da Administração Direta e Indireta ajustarão os sistemas de informação para que sejam consolidadas as contas municipais.

§ 4º. Para atender ao disposto nos artigos 48 e 50 da Lei Complementar nº 101, de 2000, o Legislativo enviará a movimentação da execução orçamentária para o Executivo consolidar e disponibilizar aos órgãos de controle e ao público, os dados e informações de receitas e despesas consolidadas do Município, envolvendo todos os órgãos e entidades.

## **Seção II** **Das Transferências e das Delegações**

Art. 47. Para à entrega de recursos a consórcios públicos deverão ser observados os procedimentos relativos à delegação ou descentralização, da forma estabelecida abaixo:

I - a utilização da modalidade de aplicação “71 Transferências a Consórcios Públicos”, quando a transferência de recursos corresponda ao rateio pela parte do ente ao consórcio;

II - a utilização da modalidade de aplicação “72 Execução Orçamentária Delegada a Consórcios Públicos”, conjugada com o elemento de despesa específico que represente o gasto efetivo, quando da delegação de execução.

§ 1º. Transferência, nos termos do art. 12 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, corresponde à entrega de recursos financeiros a outro ente da Federação, a consórcios públicos ou a entidades privadas.

§ 2º. As transferências de recursos obedecerão à classificação orçamentária pertinente, por meio dos seguintes elementos de despesa:



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**CAMOCIM**  
**DE SÃO FÉLIX**

I - No elemento de despesa 41 – Contribuições: para transferências correntes e de capital aos entes da Federação e a entidades privadas sem fins lucrativos, exceto para os serviços essenciais e de assistência social, médica e educacional;

II - No elemento de despesa 42 – Auxílios: para transferências de capital aos entes da Federação e a entidades privadas sem fins lucrativos;

III - No elemento de despesa 43 – Subvenções sociais: para transferências às entidades privadas sem fins lucrativos para os serviços essenciais de assistência social, médica e educacional.

Art. 48. A transferência de recursos para consórcio público fica condicionada ao consórcio adotar orçamento e execução de receitas e despesas obedecendo às normas de direito financeiro aplicáveis as entidades públicas, classificação orçamentária nacionalmente unificada e as disposições da Lei Federal nº 11.107, de 6 de abril de 2005.

§ 1º. Para transferência de recursos de que trata o caput deste artigo, a classificação da receita e da despesa pública do consórcio deverá manter correspondência com as do Orçamento do Município.

§ 2º. O consórcio adotará no exercício de 2017 as normas unificadas para os entes da Federação estabelecidas pela Secretaria do Tesouro Nacional e adequará seu sistema informatizado ao do Município, para propiciar a consolidação das contas, para atender as disposições do art. 50 e incisos da Lei Complementar nº 101, de 2000.

§ 3º. Para atender ao Sistema de Acompanhamento da Gestão dos Recursos da Sociedade – SAGRES, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, o consórcio que receber recursos do Município enviará mensalmente, em meio eletrônico, em tecnologia compatível com os sistemas de informação da Prefeitura e do SAGRES, os dados mensais da execução orçamentária do consórcio, para efeito de consolidação das contas municipais.

Art. 49. A delegação consiste na entrega de recursos financeiros a outro ente da Federação ou a consórcio público para execução de ações de responsabilidade ou competência do Município delegante, obedecida à legislação própria e as designações estabelecidas nesta LDO, para que o recebedor execute ações em nome do transferidor dos recursos, obedecidas às modalidades de aplicação abaixo especificadas:

- I - Modalidade 22: Execução Orçamentária Delegada à União;
- II - Modalidade 32: Execução Orçamentária Delegada ao Estado ou D. Federal;



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**CAMOCIM  
DE SÃO FÉLIX**

- III - Modalidade 42: Execução Orçamentária Delegada a Municípios;
- IV - Modalidade 72: Execução Orçamentária Delegada a Consórcios Públicos.

Parágrafo único. Os bens ou serviços gerados ou adquiridos com a aplicação dos recursos de que trata o caput deste artigo pertencem ou se incorporam ao patrimônio do Município.

Art. 50. Poderá ser incluída na proposta orçamentária para 2017, bem como em suas alterações, dotações a título de transferências de recursos orçamentários a instituições privadas sem fins lucrativos, não pertencentes ou não vinculadas ao Município, a título de contribuições, auxílios ou subvenções sociais, nos termos da Lei, e sua concessão dependerá de atendimento aos requisitos exigidos nesta Lei.

Parágrafo único. A concessão de subvenções dependerá:

I - de que as entidades beneficiárias sejam de atendimento direto ao público, especialmente nas áreas de assistência social, saúde, educação e cultura e estejam devidamente registradas nos termos da legislação vigente;

II - de que exista lei específica autorizando a subvenção;

III - da existência de prestação de contas de recursos recebidos no exercício anterior, que deverá ser encaminhada, pela entidade beneficiária, até o último dia útil do mês de janeiro do exercício subsequente, ao setor financeiro da Prefeitura, na conformidade *do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal*, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 19/98 e das disposições da Resolução T.C. Nº 05/93 de 17.03.93, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco e atualizações posteriores;

IV - da comprovação, por parte da instituição, do seu regular funcionamento, mediante atestado firmado por autoridade competente;

V - da apresentação dos respectivos documentos de constituição da entidade, até 30 de agosto de 2017;

VI - da comprovação que a instituição está em situação regular perante o INSS e o FGTS, conforme artigo 195, § 3º, da Constituição Federal e perante as Fazendas Estadual, Federal e Municipal, nos termos da legislação específica;

VII - de não se encontrar em situação de inadimplência no que se refere à Prestação de Contas de subvenções recebidas de órgãos públicos de qualquer esfera de governo.



Art. 51. Na realização das ações de sua competência, o Município poderá transferir recursos a instituições privadas sem fins lucrativos, desde que compatíveis com os programas constantes da lei orçamentária anual, mediante convênio, ajuste ou congêneres, pelo qual fiquem claramente definidos os deveres e obrigações de cada parte, a forma e os prazos para prestação de contas, bem como o cumprimento do objeto.

Art. 52. É condição preliminar à solicitação dos recursos de que trata esta sessão, a apresentação de projeto instruído com plano de trabalho para aplicação de recursos e demais documentos exigidos, devendo ser formalizado em processo administrativo, na repartição competente, contendo indicação dos resultados esperados com a realização do projeto.

Art. 53. Integrará o convênio, que formalizará a transferência de recursos, plano de aplicação, conforme disposições do art. 116 e § 1º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas atualizações.

Parágrafo único. Sem prejuízo das demais disposições legais e regulamentares, constará no plano de trabalho para aplicação dos recursos, de que trata o caput deste artigo, objetivos, justificativas e metas a serem atingidas com a utilização dos recursos e respectivo cronograma de desembolso.

Art. 54. Também serão permitidos repasses as instituições privadas, sem fins lucrativos, de natureza artística, cultural e esportiva, consoante disposições dos artigos 215 a 217 da Constituição Federal, atendidas as exigências desta Lei.

Art. 55. As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos a qualquer título submeter-se-ão à fiscalização com a finalidade de se verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos, bem como do cumprimento integral de todas as cláusulas dos instrumentos de convênio, ajuste ou repasse.

Art. 56. As prestações de contas, sem prejuízo de outras exigências legais e regulamentares, demonstrarão as origens e aplicações dos recursos, cumprimento dos objetivos e da execução das metas físicas constantes do plano de trabalho e do instrumento de convênio, repasse ou ajuste.

### **Seção III** **Das Despesas com Pessoal e Encargos**



Art. 57. No exercício financeiro de 2017, as despesas com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo observarão as disposições contidas nos artigos 18, 19 e 20 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 58. No caso da despesa de pessoal chegar a ultrapassar o percentual de 95% (noventa e cinco por cento) do limite da Receita Corrente Líquida, estabelecido no art. 20, inciso III, alínea “b” da Lei Complementar nº 101, de 2000, fica vedada a realização de despesas com hora extra, ressalvadas as áreas de saúde e educação, os casos de necessidade temporária de excepcional interesse público, ações de defesa civil e de assistência social, devidamente justificadas pela autoridade competente.

Art. 59. Fica autorizada a revisão geral das remunerações, subsídios, proventos e pensões dos servidores ativos e inativos dos Poderes Legislativo e Executivo, cujo percentual será definido em lei específica.

Art. 60. A revisão da remuneração dos servidores e dos subsídios de que trata o art. 37, inciso X da Constituição da República, para o exercício de 2017, será autorizada por lei específica, observada a iniciativa de cada Poder, sempre na mesma data e sem distinção de índices, consoante inciso X do art. 37 da Constituição Federal, assim como a concessão de qualquer vantagem de que trata o art. 169, § 1º, inciso II da Carta Magna.

Art. 61. Para cumprimento do disposto no art. 7º, inciso IV e no art. 37, inciso X da Constituição Federal, a proposta orçamentária conterà margem de expansão nas despesas de pessoal estimada para o exercício de 2017, devendo ser considerado no cálculo o percentual de acréscimo estabelecido para o salário mínimo nacional do referido exercício.

§ 1º. Nas projeções de expansão das despesas de pessoal que integram o Anexo de Metas Fiscais desta LDO, para o salário mínimo em 2017 estima-se o valor de R\$ 946,00 (Novecentos e quarenta e seis reais).

§ 2º. Para as despesas que já estejam previstas na margem de expansão incluída nas dotações de pessoal da LOA de 2017, de que trata o caput deste artigo, não haverá impacto orçamentário-financeiro a demonstrar.

§ 3º. Fica o Poder Executivo autorizado a conceder abono para atendimento das disposições do art. 22 da Lei Federal nº 11.494, de 20 de julho de 2007, bem como para pagar o valor do salário mínimo definido no inciso IV do art. 7º da Constituição Federal, até a aprovação de lei municipal contemplando o reajuste.



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**CAMOCIM  
DE SÃO FÉLIX**

§ 4º. Os abonos concedidos serão compensados quando da concessão de revisão e reajustes, devendo constar os critérios nas leis específicas que concederem as revisões e reajustes.

Art. 62. Poderá haver expansão das ações do Governo Municipal que venham a implicar em aumento de despesa com pessoal, desde que sejam respeitados os limites legais.

Art. 63. Será apresentado, mensalmente, o resumo da folha de pagamento do pessoal do ensino, para exame do Conselho de Controle Social do FUNDEB, bem como os demonstrativos de aplicação de recursos bimestrais, objeto do demonstrativo Anexo X do Relatório Resumido de Execução Orçamentária, devendo haver registro, da entrega pelo Poder Executivo dos referidos documentos, em atas das reuniões do referido conselho.

Parágrafo único. A apresentação da documentação de que trata o caput deste artigo ao Conselho do FUNDEB ocorrerá até o último dia do mês subsequente.

Art. 64. Havendo necessidade de redução das despesas de pessoal, para atendimento aos limites estabelecidos na Lei Complementar nº 101, de 2000, o Poder Executivo, consoante disposições da Constituição Federal, adotará as seguintes medidas:

- I - eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- II - eliminação de despesas com horas-extras;
- III - exoneração de servidores ocupantes de cargos em comissão;
- IV - rescisão de contratos de servidores admitidos em caráter temporário.

Parágrafo único. As providências estabelecidas no caput deste artigo serão harmonizadas com as disposições constitucionais, especialmente o art. 169, §§ 3º e 4º da Constituição Federal e da legislação pertinente.

Art. 65. O Município poderá incluir na proposta orçamentária dotação destinada ao custeio de despesas com programa de demissão voluntária de servidores, quando a despesa de pessoal ultrapassar os limites estabelecidos na Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, e da forma estabelecida em Lei Municipal específica.

#### **Seção IV**

##### **Das Despesas com Seguridade Social**

Art. 66. O Município na sua área de competência, para cumprimento das disposições do art. 194 da Constituição Federal, realizará ações para assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

#### **Subseção I**

##### **Das Despesas com a Previdência Social**

Art. 67. Serão incluídas dotações no orçamento de 2017 para realização de despesas em favor da previdência social, devendo os pagamentos das obrigações patronais em favor do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) serem feitos nos prazos estabelecidos na legislação vigente, juntamente com o valor das contribuições retidas dos servidores municipais.


§ 1º. O empenhamento das despesas com obrigações patronais será estimativo para o exercício, por competência, devendo haver o processamento da liquidação em cada mês de competência, de acordo com a legislação previdenciária.

§ 2º. Respeitadas as disposições da legislação específica, serão deduzidos das obrigações patronais os valores dos benefícios pagos diretamente pelo Município aos servidores segurados.

Art. 68. O Poder Executivo poderá assumir, em nome do Município, obrigações previdenciárias em favor do Regime Geral de Previdência Social (INSS), de responsabilidade da Administração Direta e Indireta, com pagamento por meio de débito em conta do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Parágrafo único. Fica facultado ao Poder Executivo realizar pagamentos das contribuições previdenciárias mensais por meio de débito automático na conta do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) para o INSS.

Art. 69. Será permitida a inclusão nos parcelamentos de obrigações previdenciárias do Poder Legislativo desde que os pagamentos mensais sejam compensados nos recursos repassados à Câmara, para não extrapolar o limite de que trata o art. 29-A da Constituição Federal.



## **Subseção II**

### **Das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde.**

Art. 70. Além das disposições especificadas na Constituição da República, na Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei da Proteção e Recuperação da Saúde) e legislação aplicável, a gestão de saúde, incluindo o planejamento e organização das ações públicas de saúde no âmbito do Município obedecerá à regulamentação nacional estabelecida pelo Decreto nº 7.508 de 28 de junho de 2011.

Art. 71. Para atender ao disposto na Lei 8.689, de 27 de julho de 1993, com a redação dada ao art. 12 pela Lei Federal nº 12.438, de 06 de julho de 2011, o gestor de saúde apresentará, trimestralmente, em audiência pública, na Câmara de Vereadores, relatório circunstanciado referente à sua atuação naquele período, devendo dito relatório destacar, dentre outras, informações sobre montante e fonte de recursos aplicados, auditorias concluídas ou iniciadas no período e oferta e produção de serviços na rede assistencial própria, contratada e conveniada.


Art. 72. O Poder Executivo disponibilizará ao Conselho Municipal de Saúde, aos órgãos de Controle Externo, publicará em local visível do prédio da Prefeitura e entregará para publicação na Câmara de Vereadores o Demonstrativo Anexo XII do Relatório Resumido de Execução Orçamentária, para conhecimento da aplicação de recursos em ações e serviços públicos de saúde.

Art. 73. Compete ao Conselho Municipal de Saúde registrar em ata o recebimento dos demonstrativos contábeis e financeiros citados no caput deste artigo e examinar o desempenho da gestão dos programas de saúde em execução no Município.

Art. 74. Integrará a prestação de contas anual o Relatório de Gestão da Saúde e demais disposições contidas na legislação pertinente.

Art. 75. O Parecer do Conselho Municipal de Saúde sobre as contas do Fundo será conclusivo e fundamentado e emitido dentro de 10 (dez) dias após o recebimento da prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 76. O Gestor do Fundo Municipal de Saúde elaborará a programação financeira do Fundo, executará o orçamento, emitirá balancetes de receitas e despesas, mensalmente, e dará conhecimento ao Conselho Municipal de Saúde.





### **Subseção III**

#### **Das Despesas com Assistência Social**

Art. 77. Para atender ao disposto no art. 203 da Constituição Federal o Município prestará assistência social a quem dela necessitar, nos termos da legislação aplicável.

Art. 78. Constarão do orçamento dotações destinadas a doações e execução de programas assistenciais, ficando a concessão subordinada às regras e critérios estabelecidos em leis e regulamentos específicos locais, para atendimento ao disposto no art. 26 de Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 79. As ações prioritárias na área de assistência social estão evidenciadas no ANEXO 01 desta Lei.

### **Seção V**

#### **Das Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino**

Art. 80. A realização de despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino obedecerá às disposições da Constituição da República, das leis federais nº. 9.394 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), de 20 de dezembro de 1996, nº 11.494 (Lei do FUNDEB), de 20 de junho de 2007, nº 11.738 (Lei do Piso Salarial dos Professores), de 16 de julho de 2008 e legislação local pertinente.

Art. 81. Integrará à prestação de contas anual o Relatório de Gestão da Educação Básica e demais disposições contidas no art. 27 da Lei nº. 11.494, de 2007 e normas estabelecidas pelo Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco.

Art. 82. As prestações de contas de recursos do FUNDEB serão instruídas com parecer do Conselho de Controle Social do Fundo, devendo o referido parecer, fundamentado e conclusivo, ser apresentado ao Poder Executivo no prazo estabelecido no parágrafo único do art. 27 da Lei Federal nº 11.494, de 20 de junho de 2007.

Art. 83. Os registros contábeis e os demonstrativos gerenciais mensais, atualizados, relativos aos recursos repassados à conta do FUNDEB, assim como os referentes às despesas realizadas, ficarão permanentemente à disposição dos órgãos de controle, especialmente do Conselho de Controle Social do FUNDEB, nos termos do art. 25 da Lei nº. 11.494, de 20 de junho de 2007.

Art. 84. Será apresentada ao Conselho de Controle Social do FUNDEB a prestação de contas anual referente às receitas e despesas com manutenção e





desenvolvimento do ensino, devendo o conselho apreciar e emitir parecer dentro de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do recebimento da prestação de contas.

Art. 85. O Poder Executivo disponibilizará ao Conselho de Controle Social do FUNDEB, aos órgãos de Controle Externo e publicará em local visível do Prédio da Prefeitura e entregará para publicação na Câmara de Vereadores o Demonstrativo Anexo VIII do Relatório Resumido de Execução Orçamentária, para conhecimento da aplicação de recursos no ensino.

#### **Seção VI** **Dos Repasses de Recursos ao Poder Legislativo**

Art. 86. Os repasses de recursos ao Poder Legislativo serão feitos até o dia 20 (vinte) de cada mês, nos termos dos artigos 29-A § 2º, inciso I e 168 da Constituição Federal.

Parágrafo único. O repasse do duodécimo do mês de janeiro de 2017 devendo ser de igual valor utilizada no mês de dezembro de 2016, devendo ser ajustada, a partir do mês abril de 2017, eventual diferença que venha a ser conhecida, para mais ou para menos, quando todos os balanços estiverem encerrados, publicados e calculados os valores exatos das fontes de receita do exercício anterior, que formam a base de cálculo estabelecida pelo art. 29-A da Constituição Federal, para os repasses de fundos ao Poder Legislativo em 2017.

Art. 87. À Câmara de Vereadores enviará à Prefeitura cópia dos balancetes orçamentários, até o décimo dia do mês subsequente, para efeito de processamento e consolidação por competência, ao balanço geral do Município, em cumprimento das disposições do art. 50 da Lei Complementar nº 101, de 2.000.

#### **Seção VII** **Das Despesas com Serviços de Outros Governos**

Art. 88. Poderão ser incluídas dotações específicas para custeio de despesas resultantes de convênios, pactos formais e termos de cooperação, no orçamento de 2017, para o custeio de despesas referentes a atividades ou serviços próprios de outros governos.

### **Seção VIII**

#### **Das Despesas com Cultura e Esportes**

Art. 89. Constarão do orçamento dotações destinadas ao patrocínio e à execução de programas culturais e esportivos, ficando a concessão de prêmios subordinada às regras e critérios estabelecidos em leis e regulamentos específicos locais, para atendimento ao disposto no art. 26 de Lei Complementar n° 101, de 2000.

Art. 90. Nos programas culturais bem como em programas realizados diretamente pela Administração Municipal, se incluem o patrocínio e realização, pelo Município, de festividades cívicas, folclóricas, tradicionais e outras manifestações culturais, inclusive quanto à valorização e difusão cultural de que trata o art. 215 da Constituição Federal.

Art. 91. O projeto destinado à realização de eventos será elaborado nos termos da legislação vigente, conterà memorial descritivo, detalhamento de serviços, montagem de estruturas, especificações técnicas e estimativas de custos, bem como cronograma físico-financeiro compatível como os prazos de licitação, de contratação e de realização de todas as etapas necessárias.

Art. 92. O Município também apoiará e incentivará o desporto e o lazer, por meio da execução de programas específicos de acordo com as disposições do art. 217 da Constituição Federal e regulamento local.

### **Seção IX**

#### **Dos Créditos Adicionais**

Art. 93. Os créditos adicionais, especiais e suplementares, serão autorizados pela Câmara de Vereadores, por meio de Lei, e abertos por Decreto Executivo, podendo haver transposição de uma categoria econômica para outra, observadas as disposições da Lei Federal n° 4.320/64 e atualizações posteriores.

Art. 94. Consideram-se recursos orçamentários para efeito de abertura de créditos adicionais, especiais e suplementares, autorizados na forma do art. 98 desta lei, desde que não comprometidos, os seguintes:

- I - superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;
- II - recursos provenientes de excesso de arrecadação;
- III - recursos resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei;





IV - produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las, inclusive financiamentos com recursos provenientes do BNDES, pelo PMAT, PNAFM, PROVIAS e outros;

V - recursos provenientes de transferências à conta de fundos, para aplicação em despesas a cargo do próprio fundo;

VI - recursos provenientes de transferências voluntárias resultantes de convênios, ajustes e outros instrumentos para realização de obras ou ações específicas no Município.

Art. 95. As solicitações ao Poder Legislativo, de autorizações para abertura de créditos adicionais conterão as informações e os demonstrativos exigidos para a mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária.

Art. 96. As propostas de modificações do projeto de lei orçamentária, bem como os projetos de créditos adicionais, serão apresentadas com a forma e o nível de detalhamento, os demonstrativos e as informações estabelecidas para o orçamento.

Art. 97. Durante o exercício os projetos de Lei, enviados à Câmara Municipal de Vereadores, destinados a abertura de créditos especiais, incluirão as modificações pertinentes no Plano Plurianual, para compatibilizar a execução dos programas de governo envolvidos, com a execução orçamentária respectiva.

Art. 98. Os créditos adicionais especiais autorizados nos últimos 04 (quatro) meses do exercício de 2016 poderão ser reabertos em 2017, até o limite de seus saldos e incorporados ao orçamento do exercício, consoante § 2º do art. 167 da Constituição Federal.

Art. 99. Dentro do mesmo grupo de despesa e na mesma unidade, por meio de Decreto, poderão ser remanejados saldos de elementos de despesa, sem onerar o percentual de suplementação.

Art. 100. Havendo necessidade de suplementação de dotações da Câmara Municipal, esta solicitará por ofício ao Poder Executivo, que terá o prazo máximo de 10 (dez) dias úteis para abrir o crédito por meio de Decreto e comunicar à Câmara de Vereadores.

Parágrafo único. O Poder Legislativo indicará tanto a dotação que será suplementada, como aquela que será anulada no Orçamento da Câmara Municipal, quando da solicitação de abertura de crédito adicional ao Executivo, nos termos do caput deste artigo.



Art. 101. Os créditos extraordinários são destinados a despesas urgentes e imprevistas em caso de calamidade pública e serão abertos por Decreto do Poder Executivo, que deles dará conhecimento ao Poder Legislativo, nos termos do art. 44 da Lei Federal nº. 4.320, de 1964.

Parágrafo único. Os créditos extraordinários, respeitada a legislação federal pertinente, não dependem de recursos orçamentários para sua abertura.

Art. 102. O Poder Executivo, através da Secretaria competente, deverá atender no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data do recebimento, às solicitações de informações relativas às categorias de programação explicitadas no projeto de lei que solicitar créditos adicionais, fornecendo dados que justifiquem os valores orçados e evidenciem a ação do governo e suas metas a serem atingidas.

Art. 103. Para realização das ações e serviços públicos, inclusive aqueles decorrentes dos artigos de nº 194 a 214 da Constituição Federal, poderá haver compensação entre os orçamentos fiscal e da seguridade social, por meio de créditos adicionais com recursos de anulação de dotações, respeitados os limites constitucionais.

Art. 104. Havendo mudança na estrutura administrativa que tenha sido autorizada pela Câmara de Vereadores, por meio de Lei, fica o Poder Executivo autorizado a remanejar, transferir, transpor ou utilizar, total ou parcialmente, dotações orçamentárias constantes no orçamento para o exercício de 2017, ou em crédito especial, decorrentes da extinção, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições.

Parágrafo único. Na transposição, transferência ou remanejamento de que trata o *caput* poderá haver reajuste na classificação funcional, respeitada a norma contida no Manual de Procedimentos Orçamentários, aprovado pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 01, de 10 de dezembro de 2014 e a classificação funcional estabelecida na Portaria MOG, nº 42, de 1999 e suas atualizações.

### **Seção X**

#### **Do Apoio aos Conselhos e Transferências de Recursos aos Fundos**

Art. 105. Os Conselhos e Fundos Municipais terão ações custeadas pelo Município, desde que encaminhem seus planos de trabalho e/ou propostas orçamentárias parciais, indicando os programas e as ações que deverão ser executadas, para que sejam incluídas nos projetos e atividades do orçamento municipal, da forma prevista nesta lei e na legislação aplicável.



Parágrafo único. Os planos de trabalho e os orçamentos parciais de que trata o caput deste artigo deverão ser entregues até o dia 05 de setembro do exercício, para que o Setor de Orçamento do Poder Executivo faça a consolidação na proposta orçamentária do exercício subsequente.

Art. 106. Os repasses aos fundos terão destinação específica para execução dos programas, projetos e atividades constantes do orçamento, cabendo ao gestor implantar a contabilidade, ordenar a despesa e prestar contas aos órgãos de controle.

§1º Os repasses de recursos aos fundos serão feitos de acordo com programação financeira, por meio de transferência intraorçamentária.

§2º. É vedada à vinculação de receita ou despesa, ressalvadas as disposições do art. 167, inciso IV da Constituição Federal.

Art. 107. Os gestores de fundos prestarão contas ao Conselho de Controle Social respectivo e aos órgãos de controle externo nos termos da legislação aplicável.

§ 1º. Os gestores dos fundos apresentarão aos Conselhos, até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada mês, demonstrativos da execução orçamentária do fundo respectivo.

§ 2º. Os conselhos reunir-se-ão regularmente e encaminharão cópia das atas ao Poder Executivo e aos gestores de fundos, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, após a reunião, para que cópia das atas integre as prestações de contas que serão encaminhadas aos órgãos de controle.

§ 3º. Os pareceres de conselhos sobre as prestações de contas serão fundamentados e deverão opinar objetivamente sobre as contas apresentadas, devendo ser emitidos, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após o recebimento da prestação de contas e expedidas cópias autênticas ao Poder Executivo e ao gestor de fundo, para encaminhamento aos órgãos de controle interno e externo.

§ 4º. A omissão de prestação de contas por parte do gestor do fundo implica em tomada de contas especial, na forma da lei ou de regulamento.

Art. 108. O Órgão Central de Controle Interno do Município acompanhará a execução orçamentária dos fundos especiais existentes no Município, nos termos da legislação pertinente, assim como o envio a Contabilidade Geral do Município dos



dados e informações em meio eletrônico para disponibilização a sociedade e aos órgãos de controle.

### **Seção XI** **Da Geração e do Contingenciamento de Despesa**

Art. 109. Considera-se, para os efeitos desta Lei, obrigatória e de caráter continuada a despesa, decorrente de Lei, que fixe para o Município a obrigação legal de sua execução por período superior a dois exercícios.

Art. 110. O Demonstrativo da Estimativa do Impacto Orçamentário e Financeiro relativo à geração de despesa nova, para atendimento dos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 101, de 2000, será publicado da forma definida na alínea “b” do inciso “I” do art. 97 da Constituição do Estado de Pernambuco.

§ 1º A contabilidade terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para produzir os demonstrativos de impacto orçamentário e financeiro, depois de solicitado o estudo de projeção da despesa nova e de indicação das fontes de recursos respectivas, devendo ser informados pelo órgão solicitante os valores necessários à realização das ações que serão executadas por meio do programa novo, para propiciar a montagem da estrutura de cálculo do impacto.

§ 2º Idêntico prazo, ao do § 1º, terá o setor de recursos humanos para disponibilizar folhas de pagamento simuladas que instruirão cálculos de estudo de impacto orçamentário e financeiro para efeito de análise de reflexos de acréscimos na despesa de pessoal na hipótese de concessão de reajuste salarial.

Art. 111. As entidades da administração indireta e os fundos disponibilizarão dados, demonstrativos e informações contábeis à Contabilidade Geral da Prefeitura para efeito de consolidação, de modo que possam ser entregues nos prazos legais, relatórios, anexos e demonstrações contábeis às instituições de controle externo e social.

Art. 112. O Órgão Central de Controle Interno conferirá a exatidão dos dados e informações de que trata o art. 111, assim como o cumprimento dos prazos.



Art. 113. Antecede a geração de despesa nova a publicação de demonstrativo da estimativa do impacto orçamentário e financeiro, para atendimento do disposto nos artigos 15 e 16 da Lei complementar nº 101, de 2000.

Art. 114. Para efeito do disposto no § 3º do art. 16 da Lei Complementar nº 101, de 2000, são consideradas despesas irrelevantes aquelas que não excedam os limites estabelecido no inciso I do art. 24 da Lei Federal nº 8.666, de 21.06.93 e atualizações posteriores.

Art. 115. Para cumprimento do disposto no art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000, os Poderes do Município, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, determinarão a limitação de empenho e a movimentação financeira, em percentuais proporcionais às necessidades, conforme justificativa constante do ato específico.

Art. 116. A limitação do empenho ou de despesa deverá ser equivalente ao da diferença entre a receita arrecadada e a prevista para o bimestre.

Art. 117. Não são objeto de limitação às despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do Município, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, sentenças judiciais e de despesa com pessoal e encargos sociais.

Art. 118. Havendo alienação de bens será aberta conta específica para recebimento e movimentação dos recursos, que serão destinados apenas à realização de despesas de capital, nos termos do art. 44 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

**CAPÍTULO VI**  
**DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA**  
**Seção Única**  
**Da Programação Financeira**

Art. 119. Até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual de 2017, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira, o cronograma de desembolso, as metas bimensais de arrecadação e publicará o quadro de detalhamento da despesa.

§ 1º. O Quadro de Detalhamento da Despesa discriminará a natureza até o elemento de despesa, de acordo com a classificação nacionalmente unificada e de conformidade com os grupos de despesa de cada dotação.





§ 2º. O Decreto que aprovar a programação financeira será instruído com a indicação da metodologia utilizada para elaboração dos demonstrativos que integrem a programação.

Art. 120. Os recursos legalmente vinculados a finalidades específicas serão aplicados apenas no atendimento do objeto da sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele que ocorrer o ingresso.

Art. 121. Ocorrendo frustração das metas bimensais de arrecadação, ou seja, receita arrecadada até o bimestre inferior à previsão aplica-se às normas estabelecidas nos artigos 115 e 116 desta Lei.

Art. 122. Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de tesouraria.

**CAPÍTULO VII**  
**DA FISCALIZAÇÃO E DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**  
**Seção I**  
**Da Fiscalização**

Art. 123. A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo e pelo sistema de controle interno do Poder Executivo, consoante disposições do art. 31 e §§ 1º e 3º da Constituição Federal.

Art. 124. O Controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, nos termos da Constituição Federal, da Constituição do Estado de Pernambuco, da Lei Orgânica do Município e da legislação infraconstitucional pertinente.

**Seção II**  
**Das Prestações de Contas**

Art. 125. A prestação de contas do Poder Executivo, relativa ao exercício de 2017, para atender ao art. 50 da Lei Complementar nº 101, de 2000 e disposições da Lei Estadual nº 12.600, de 2004, será apresentada, até o dia 30 de março de 2017, ao Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, composta da documentação e das demonstrações contábeis:

I - do Poder Executivo;



II - de forma consolidada do Município, incluindo os balanços consolidados de ambos os Poderes.

§ 1º. A documentação exigida para o processo de prestação de contas obedecerá a Lei Complementar nº 101, de 2000, a Lei Federal nº 4.320, de 1964, a Lei Estadual nº 12.600, de 2004, Lei Orgânica do Município e resoluções do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco.

§ 2º. A documentação da prestação de contas de que trata o caput deste artigo, ficará a disposição de qualquer contribuinte, cidadão ou instituições da sociedade na Câmara de Vereadores, para cumprimento do art. 31, § 3º da Constituição Federal e do art. 49 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000(LRF).

§ 3º. A documentação da prestação de contas enviada ao Tribunal de Contas destina-se à emissão de parecer prévio, nos termos do art. 31, § 2º da Constituição da República.

§ 4º. A prestação de contas será disponibilizada à Câmara, ao Tribunal de Contas e publicado na página eletrônica oficial da Prefeitura Municipal, à disposição da sociedade, em versão eletrônica, na forma estabelecida em lei e/ou regulamento.

Art. 126. A Mesa Diretora da Câmara de Vereadores encaminhará a prestação de contas do exercício até o dia 30 de março do ano subsequente, ao Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, na forma estabelecida no art. 32 da Lei Estadual nº 12.600, de 2004, composta da documentação estabelecida em Resolução do TCE-PE.

## CAPÍTULO VIII DO ORÇAMENTO E DA GESTÃO DOS FUNDOS E ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

### Seção I

#### **Do Orçamento e da Gestão dos Fundos e Órgãos da Administração Indireta**

Art. 127. Os orçamentos dos órgãos da administração indireta e fundos municipais integrarão a proposta orçamentária por meio de unidade gestora supervisionada.

Parágrafo único. A regra do caput aplica-se às autarquias, fundações e demais entidades da administração indireta.

Art. 128. Os gestores dos fundos encaminharão os respectivos planos de aplicação ou propostas parciais do orçamento respectivo, consoante estimativa da receita, até 30



(trinta) dias antes da data prevista para entrega do projeto de lei do orçamento de 2017 ao Poder Legislativo, para efeito de inclusão e consolidação na proposta orçamentária.

§ 1º. Os gestores de órgãos e entidades da administração indireta terão o mesmo prazo do caput para enviar as propostas orçamentárias parciais do orçamento respectivo à Secretaria de Finanças.

§ 2º. Quando da elaboração dos planos de aplicação para programas e ações em favor do menor e do adolescente, deverão ser incluídas as despesas com os Conselheiros Tutelares.

Art. 129. Os fundos de natureza contábil e os fundos especiais que não tiverem gestores nomeados na forma das leis instituidoras, bem como na hipótese dos gestores não enviarem seus planos de aplicação, propostas parciais ou informações suficientes, até a data estabelecida no art. 128, terão seus orçamentos elaborados pela Secretaria de Finanças.

Art. 130. Os planos de aplicação de que trata o art. 128 desta Lei e o art. 2º, §2º, inciso I da Lei Federal nº 4.320, de 1964, serão compatíveis com o Plano Plurianual e com esta Lei.

Art. 131. Serão consignadas dotações orçamentárias específicas para o custeio de despesas com pessoal e encargos vinculados aos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, compreendendo:

- I – despesas de pessoal de magistério da educação básica;
- II – demais despesas de pessoal da educação básica.

Art. 132. Fica atribuída ao Fundo Municipal de Educação – FME a competência de Unidade Gestora de Orçamento.

Parágrafo Único – O Gestor do Fundo Municipal de Educação - FME poderá ordenar a despesa do referido fundo, mediante ato administrativo, emanado do Poder Executivo Municipal.

Art. 133. As dotações orçamentárias destinadas ao custeio da Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, serão consignadas no orçamento do Fundo Municipal de Educação – FME.



Art. 134. Os programas destinados a atender ações finalísticas e aqueles financiados com recursos provenientes de transferências voluntárias oriundas de convênios, preferencialmente, deverão ser administrados por gestor designado pelo PREFEITO ou pelo gestor do fundo a qual esteja vinculado.

Art. 135. O gestor de programas finalísticos e de convênios acompanhará a execução orçamentária, física e financeira das ações que serão realizadas pelo programa e alcance dos objetivos do convênio.

Art. 136. Serão realizadas audiências públicas, nos meses de maio, setembro de 2017, e fevereiro de 2017, na Câmara de Vereadores, para cumprimento do §5º do artigo 36 da Lei Federal nº 141, de 13 de janeiro de 2012, pelo gestor de saúde.

Art. 137. Todos os gestores dos demais fundos deverão oferecer as informações para atender ao disposto no art. 9º, §4º da Lei Complementar nº 101, de 2000, por meio de Relatório de Gestão Fiscal, incluindo a demonstração do cumprimento de metas físicas e financeiras em audiências públicas quadrimestrais na Câmara de Vereadores, nos meses de maio, setembro e fevereiro.

Art. 138. Os conselheiros municipais, integrantes dos conselhos de controle social respectivos, deverão ser convidados para as audiências públicas.

Art. 139. Aplicam-se aos gestores de programas as disposições desta seção.

## **Seção II**

### **Dos Recursos vinculados ao Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento Municipal – FEM**

Art. 140. O Município incluirá na Lei Orçamentária Anual dotações destinadas à execução dos Programas e Projetos a serem custeadas com recursos do Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento Municipal – FEM, através da criação do Fundo de Desenvolvimento Municipal, bem como poderá dispor de recursos próprios para o incremento das ações vinculadas ao Fundo.

Art. 141. O Município aplicará os recursos do FEM, em conformidade com as normas estabelecidas na Legislação nacional vigente aplicada ao setor público, em acordo o disposto na Lei Estadual nº. 11.921 de 11 de março de 2013, instituidora do FEM no âmbito do Estado, e serão constituídos de:



- I - dotações orçamentárias do Estado;
- II - doações, auxílios, subvenções e outras contribuições de pessoas, físicas ou jurídicas, bem como de entidades e organizações, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras;
- III - rendimentos de aplicações financeiras dos seus recursos, realizadas na forma da lei;
- IV - valores provenientes da devolução de recursos relativos a planos que apresentem saldos remanescentes, ainda que oriundos de aplicações financeiras;
- V - saldos de exercícios anteriores; e
- VI - outras receitas que lhe venha a ser legalmente destinadas.

**CAPÍTULO IX**  
**DAS VEDAÇÕES LEGAIS**  
**Seção Única**  
**Das Vedações**

Art. 142. É vedada a inclusão na lei orçamentária, bem como em suas alterações, de recursos para pagamento a qualquer título, pelo Município, inclusive pelas entidades que integram os orçamentos, fiscal e da seguridade social, a servidor da administração direta ou indireta por serviços de consultoria ou assistência técnica custeados com recursos decorrentes de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres, firmados com órgãos ou entidades de direito público ou privado, pelo órgão ou entidade a que pertencer ou onde estiver eventualmente lotado.

Art. 143. São vedados:

- I - o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual;
- II - a realização de despesas ou assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários;
- III - a abertura de créditos suplementar ou especial sem autorização legislativa;
- IV - a inclusão de casos ou pessoas nas dotações orçamentárias e créditos adicionais destinados ao pagamento de precatórios;
- V - a movimentação de recursos oriundos de convênios em conta bancária que não seja específica;
- VI - a transferência de recursos de contas vinculadas a fundos, convênios ou despesas para outra conta;
- VII - a assunção de obrigação, sem dotação orçamentária, com fornecedores para pagamento *a posteriori* de bens ou serviços.



Art. 144. Não se inclui nas vedações a assunção de obrigações decorrentes de parcelamentos de dívidas com órgãos previdenciários, Receita Federal do Brasil, FGTS e PASEP, bem como junto a concessionárias de água e energia elétrica, obedecida à legislação pertinente.

**CAPÍTULO X**  
**DAS DÍVIDAS E DO ENDIVIDAMENTO**  
**Seção I**  
**Dos Precatórios**

Art. 145. O orçamento para o exercício de 2017 consignará dotação específica para o pagamento de despesas decorrentes de sentenças judiciais e de precatórios, conforme discriminação constante nos §§ 1º, 1º-A, 2º e 3º do art. 100 da Constituição Federal, artigos 87 e 97 do ADCT da Carta Magna e disposições da legislação específica.

Art. 146. Os precatórios encaminhados pelo Poder Judiciário à Prefeitura Municipal, até 1º de julho de 2017, serão obrigatoriamente incluídos na proposta orçamentária para o exercício de 2017, conforme determina a Constituição Federal, respeitadas atualizações decorrentes de Emendas Constitucionais e/ou Lei Federal.

Art. 147. A contabilidade da Prefeitura registrará e identificará os beneficiários dos precatórios, seguindo a ordem cronológica, devendo o Poder Executivo, periodicamente, oficiar aos Tribunais de Justiça, para efeito de conferência dos registros e ordem de apresentação.

Art. 148. Para fins de acompanhamento, a Procuradoria Municipal examinará todos os precatórios e informará aos setores envolvidos, especialmente os órgãos citados no artigo 143, orientará a respeito do atendimento de determinações judiciais e indicará a ordem cronológica dos precatórios.

**Seção II**  
**Da Celebração de Operações de Crédito**

Art. 149. Poderá constar da Lei Orçamentária para 2017, autorização para celebração de operações de crédito, devendo no caso de vir a ser pleiteada a operação, o Município cumprir todas as exigências constantes da legislação.

Art. 150. A autorização, que contiver na Lei Orçamentária de 2017, para contratação de operações de crédito será destinada ao atendimento de despesas de



capital, observando-se, ainda, os limites de endividamento e disposições estabelecidos na legislação específica e em Resoluções do Senado Federal.

§ 1º. A contratação de operações de crédito de que trata o caput e a amortização de débitos obedecerão às disposições da Lei Complementar nº. 101, de 2000, do Tesouro Nacional, do Banco Central do Brasil, as Resoluções do Senado Federal e a regulamentação nacional específica.

§ 2º. É vedada a realização de operação de crédito por antecipação de receita orçamentária (ARO) no exercício de 2017, por ser o último ano de mandato, consoante dispõe o art. 38, inciso IV, alínea “b” da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 151. A assunção de obrigações que resultem em dívida fundada precisará de autorização legislativa.

### **Seção III** **Da Amortização e do Serviço da Dívida Consolidada**

Art. 152. O Poder Executivo deverá manter registro individualizado da Dívida Fundada Consolidada, inclusive decorrente de assunção de débitos para com órgãos previdenciários, no Setor de Contabilidade, para efeito de acompanhamento.

Art. 153. Serão consignadas dotações destinadas ao pagamento de juros, amortizações e encargos legais das dívidas.

§ 1º. O resgate das parcelas da dívida, bem como os encargos, obedecerá às disposições da Lei Complementar nº 101, de 2000, de Resoluções do Senado Federal e do respectivo instrumento de confissão, ajuste ou contrato de parcelamento.

§ 2º. Poderão ser consignadas nas dotações para o custeio do serviço da dívida relacionada com operações de crédito de longo prazo contratadas ou em processo de contratação junto ao BNDES, Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal e outras instituições, para a realização de investimentos no Município.

Art. 154. O Município considerará na proposta orçamentária para 2017 a geração de superávit primário para o pagamento dos encargos e da amortização de parcelas das dívidas, inclusive com órgãos previdenciários, bem como a inclusão de dotações para suportar a despesa.



**CAPÍTULO XI**  
**DA POLÍTICA DE APLICAÇÃO DAS AGÊNCIAS FINANCEIRAS OFICIAIS DE FOMENTO**

**Seção Única**

Art. 155. As Agências Financeiras Oficiais de Fomento cujo objetivo é promover e financiar o desenvolvimento econômico e social do Município, fomentará os projetos habitacionais, investimento em saneamento básico e desenvolvimento de infraestrutura e outros.

§1º Agência Financeira Oficial de Fomento observará nos financiamentos concedidos as políticas de redução às desigualdades sociais e regionais, de geração de emprego e renda, de preservação e melhoria do meio ambiente, de ampliação e melhoria de infraestrutura e crescimento, modernização de serviços sediados ao turismo e agronegócio, com atenção as iniciativas de inovação e desenvolvimento tecnológico.

§2º A concessão de operação de crédito com o município ou quaisquer entidades controladas direta ou indiretamente pela administração pública municipal fica condicionada a outorga de garantias, na forma de lei estabelecida pela agência financeira oficial de fomento.

§3º Na implementação de programa de fomento, a agência financeira oficial de fomento conferirá com prioridade as pequenas e médias empresas, atuantes nos diversos setores da economia do município.

§4º Os empréstimos e financiamento concedidos pela agência de fomento deverão garantir, no mínimo, a remuneração dos custos operacionais e de administração dos recursos, assegurando sua auto-sustentabilidade financeira.

**CAPÍTULO XII**  
**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS**

**Seção I**

**Dos Prazos, Tramitação, Sanção e Publicação da Lei Orçamentária**

Art. 156. A proposta orçamentária do Município para o exercício de 2017 será entregue ao Poder Legislativo até o dia 05 de outubro de 2017 e devolvida para sanção até 05 de dezembro de 2017, conforme dispõe o inciso III, do § 1º do art. 124 da Constituição do Estado de Pernambuco, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 31 de 27 de junho de 2008, até a entrada em vigor da Lei Complementar de que trata o art. 165, § 9º e inciso I da Constituição Federal.





Art. 157. A proposta orçamentária parcial do Poder Legislativo, para o exercício de 2017, será entregue ao Poder Executivo até 05 de setembro de 2017, para efeito de inclusão das dotações do Poder Legislativo na proposta orçamentária do Município, referenciada no art. 151, desta Lei.

Art. 158. Caso a Lei Orçamentária para 2017 não seja publicada dentro do exercício corrente, a partir do primeiro dia útil do mês de janeiro de 2017, a programação constante da proposta enviada pelo Poder Executivo poderá ser executada a cada mês até o limite de 1/12 (um doze avos) do total da dotação, enquanto não se completar a sanção.

§ 1º. Ocorrendo a situação prevista no caput deste artigo, para despesas de pessoal, de manutenção das unidades administrativas, despesas de caráter continuado e para o custeio do serviço e da amortização da dívida pública, fica autorizada a emissão de empenho estimativo para o exercício.

§ 2º. Ocorrendo a situação tratada no caput deste artigo o Poder Executivo fica autorizado a executar no exercício de 2017 as obras em andamento, remanescentes do exercício de 2015, constantes da proposta orçamentária.

## **Seção II** **Das Disposições Específicas de Final de Mandato**

Art. 159. Para cumprimento das disposições do art. 42 e seu parágrafo único da Lei Complementar nº 101, de 2000, fica proibida a assunção de obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro do mandato do prefeito, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para esse efeito.

§ 1º. Não se inclui na proibição a execução de parcelas de serviços contínuos, cuja contratação tenha previsto a duração por mais de um exercício, com contratos anuais, onde a execução e o pagamento ocorrem por períodos mensais.

§ 2º. Na situação de que trata o § 1º, eventuais parcelas de contrato a partir de janeiro de 2017, não constituem afronta ao art. 42 e seu parágrafo único da Lei Complementar nº 101, de 2000, devendo, no novo mandato, o prefeito decidir pela continuidade ou não dos serviços.

§ 3º. A decisão de continuar com o contrato, na hipótese constante do § 2º, enseja a assunção de obrigação para o exercício de 2017 e o empenhamento da despesa no referido exercício.



§ 4º. As parcelas mensais de contratos de prestação continuada realizados no exercício de 2017 serão pagas dentro do exercício, ressalvadas as despesas inscritas em restos a pagar que tenham recursos financeiros disponíveis para suportá-las.

Art. 160. Para os efeitos das disposições do art. 154 desta Lei e do art. 42 da Lei Complementar nº 101, de 2000, na determinação das disponibilidades de caixa serão considerados os encargos e despesas compromissadas a pagar até o final do exercício de 2017.

Art. 161. Fica o prefeito autorizado a distratar compromissos e anular empenhos, inclusive inscritos em restos a pagar, para cumprimento do art. 42 da Lei Complementar nº 101, de 2000, respeitados os direitos assegurados aos credores pela legislação pertinente.

### **Seção III** **Da Transparência e das Audiências Públicas**

Art. 162. A transparência da gestão municipal é assegurada por meio do cumprimento dos artigos 48, 48-A e 49 da Lei Complementar nº101, de 2000, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 131, de 2009 e disposições do Decreto Federal nº 7.185, de 27 de maio de 2010, devendo ser observado:

I - o incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração do orçamento e dos planos;

II - a liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, de informações sobre a execução orçamentária e financeira, em meio eletrônico de acesso público.

Art. 163. A população também poderá ter acesso às prestações de contas por meio de consulta direta, nos termos do art. 31, § 3º da Constituição Federal e no art. 49 da Lei Complementar nº 101, de 2000, na Câmara de Vereadores e na Secretaria de Finanças da Prefeitura.

Art. 164. Os relatórios de execução orçamentária (RREO) e de gestão fiscal (RGF), bem como a Lei Orçamento Anual (LOA), a Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO), o Plano Plurianual (PPA) e a prestação de contas serão disponibilizados na internet pelo Poder Executivo, para conhecimento público.



Art. 165. A comunidade poderá participar da elaboração do orçamento do Município por meio de audiências públicas e oferecer sugestões:

I - ao Poder Executivo, até o dia 1º de setembro de 2017, junto à Secretaria de Finanças;

II - ao Poder Legislativo, na comissão técnica de orçamento e finanças, durante o período de tramitação da proposta orçamentária, respeitados os prazos e disposições legais e regimentais da Câmara e em audiências públicas promovidas pela referida comissão.

Art. 166. Para fins de realização de audiência pública será observado:

I - Quanto ao Poder Legislativo:

a) Que a condução da audiência fique a cargo da Comissão Técnica da Câmara que tem as atribuições, no âmbito municipal, definidas pelo § 1º do art. 166 da Constituição Federal;

b) Convocar a audiência com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis e comunicar formalmente ao Poder Executivo;

II - Quanto ao Poder Executivo:

a) Receber comunicação formal da data da audiência, quando realizada na Câmara de Vereadores;

b) Disponibilizar, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis antes da audiência de que trata o art. 9º, § 4º da Lei Complementar nº 101, de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal (RGF) e o Resumido de Execução Orçamentária (RREO), elaborados nos termos estabelecidos nos manuais nacionalmente unificados pela Secretaria do Tesouro Nacional;

c) Quando a audiência pública for realizada no âmbito do Poder Executivo, seguir o mesmo prazo do Inciso I, alínea “b”, deste artigo e comunicar, formalmente, à Câmara de Vereadores e aos Conselhos de Controle Social.

#### **Seção IV** **Das Normas Relativas ao Controle de Custos e à Avaliação de Programas de Governo**



Art. 167. A Controladoria Geral de Controle Interno organizará sistema de custos em atendimento ao que dispõe a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) 1366/2011 que aprovou a NBC T 16.11.

Art. 168. Os resultados dos trabalhos realizados pelo Controle Interno em organizar o Sistema de Informações de Custos do Setor Público têm como finalidade atender a legislação, especialmente no que se refere ao atendimento dos seguintes objetivos:

I - Mensurar, registrar e evidenciar os custos dos produtos, serviços, programas, projetos, atividades, ações, órgãos e outros objetos de custos da entidade;

II - Apoiar a avaliação de resultados e desempenhos, permitindo a comparação entre os custos da entidade com os custos de outras entidades públicas ou privadas, estimulando a melhoria do desempenho, desde que sejam utilizados os mesmos métodos de custeio;

III - Apoiar a tomada de decisão em processos, tais como comprar ou alugar, produzir internamente ou terceirizar determinado bem ou serviço;

IV - Apoiar as funções de planejamento e orçamento, fornecendo informações que permitam projeções mais aderentes à realidade com base em custos incorridos e projetados; e

V - Apoiar programas de redução de custos e de melhoria da qualidade do gasto.

Art. 169. A avaliação dos programas de governo, nos termos da alínea “e” do inc. I do art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, será realizada pela Coordenadoria de Controle Interno até 31 de março de cada ano.

Parágrafo único. O relatório de avaliação dos programas será publicado no site oficial do Município até 10 de abril de cada ano.

Art. 170. A avaliação dos resultados dos programas de governo far-se-á de forma contínua e conjunta, pelo Sistema de Controle Interno do Município e as unidades administrativas executoras das ações.

Parágrafo único. A avaliação dos resultados dos programas de governo consistirá em análise sobre o desempenho da gestão governamental, através da movimentação dos indicadores de desempenho, conjugando-os com o custo das ações que integram os programas e a evolução, em termos de realização dos produtos das ações e o atingimento de suas metas físicas, de forma que permita à administração e à fiscalização



externa concluir sobre a eficiência das ações governamentais e a qualidade do gasto público.

#### **Seção IV** **Disposições Finais**

Art. 171. Os ordenadores de despesas, gestores de saúde, de educação, de assistência social e de programas farão relatório de gestão no mês de dezembro de 2017, para apresentação aos órgãos de controle.

Parágrafo único. Os relatórios de que trata o caput integrarão a prestação de contas anual e, havendo substituição de ordenadores de despesas, serão disponibilizados aos sucessores.

Art. 172. Os investimentos realizados no exercício e os programas executados com recursos de transferências voluntárias provenientes de convênios, contratos de repasse e outros instrumentos equivalentes, ensejam a elaboração das prestações de contas respectivas em 2017.

§ 1º. Deverão ser tomadas providências para que os gestores executem os convênios, contratos e programas em prazos suficientes para que ao final do exercício estejam os objetos concluídos e elaboradas as prestações de contas, sem pendências para o exercício seguinte.

§ 2º. Na hipótese de não haver conclusão dos objetos dos convênios, contratos e outros instrumentos, dentro do exercício de 2017, deverá haver prestação de contas parcial, com relatório de gestão e vistoria física.

Art. 173. O controle interno fiscalizará a execução orçamentária, física e financeira dos convênios, contratos e outros instrumentos, assim como acompanhará o processo de elaboração da respectiva prestação de contas.

Art. 174. O titular do órgão central de controle interno apresentará relatório geral das atividades do órgão junto com a prestação de contas geral do Poder Executivo.

Art. 175. Integram esta Lei os anexos abaixo, com respectivos demonstrativos:

- I - O Anexo de Prioridades;
- II - O Anexo de Metas Fiscais;
- III - O Anexo de Riscos Fiscais;



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**CAMOCIM**  
**DE SÃO FÉLIX**

Art. 176. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do prefeito, 17 de agosto de 2016.

Uison de Moura França  
**Prefeito**

# **ANEXO I**

## **ANEXO DE METAS E PRIORIDADES LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PLDO/2017**

**( ART. 165, § 2º, da Constituição Federal)**

A handwritten signature in blue ink, consisting of several loops and a long vertical stroke at the end, positioned below the text.

PM Camocim de São Felix  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS E PRIORIDADES  
2017

**Programa Descrição**

0101 Gestão Administrativa do Poder Legislativo

**Objetivo:** Cumprir as obrigações oriundas com pessoal ativos e inativos.

**Metas**

1001 Aquisição de um Veículo Utilitário  
1002 Aquisição de Móveis, Máquinas, Computadores e Equipamentos Diversos  
1003 Execução de Obras, Reforma, Melhoramento e Ampliação do Prédio da Câmara  
1004 Equipar o SCI do Poder Legislativo  
2001 Manutenção dos Servidores Efetivos  
2002 Manutenção dos Servidores Comissionados  
2003 Subsídios dos Vereadores  
2004 Concessão de Representação ao Presidente  
2005 Encargos Previdenciários RGPS  
2006 Manutenção dos Serviços Administrativos da Câmara Municipal  
2007 Divulgação de Atos do Poder Legislativo, Eventos e Solenidades  
2008 Manutenção do SCI do Poder Legislativo

**Unid. Orçam.**

CORPO DELIBERATIVO E SECRETARIA DA CÂMARA  
CORPO DELIBERATIVO E SECRETARIA DA CÂMARA  
CORPO DELIBERATIVO E SECRETARIA DA CÂMARA  
CORPO DELIBERATIVO E SECRETARIA DA CÂMARA  
CORPO DELIBERATIVO E SECRETARIA DA CÂMARA  
CORPO DELIBERATIVO E SECRETARIA DA CÂMARA  
CORPO DELIBERATIVO E SECRETARIA DA CÂMARA  
CORPO DELIBERATIVO E SECRETARIA DA CÂMARA  
CORPO DELIBERATIVO E SECRETARIA DA CÂMARA  
CORPO DELIBERATIVO E SECRETARIA DA CÂMARA  
CORPO DELIBERATIVO E SECRETARIA DA CÂMARA  
CORPO DELIBERATIVO E SECRETARIA DA CÂMARA





**Programa Descrição**

0401 Gestão Administrativa do Município

**Objetivo:** Permitir o regular funcionamento das atividades administrativas do Município e os serviços postos à disposição da população.

Metas	Unid. Orçam.
2010 Solenidades, Homenagens e Recepções	GABINETE DO PREFEITO
2011 Gestão Administrativa de Pessoal do Gabinete do Prefeito	GABINETE DO PREFEITO
2012 Manutenção dos Serviços Administrativos do Gabinete do Prefeito	GABINETE DO PREFEITO
2013 Manutenção de Consórcios dos Municípios	GABINETE DO PREFEITO
2014 Elaboração do Plano Diretor do Município	GABINETE DO PREFEITO
2016 Gestão Administrativa de Pessoal da Procuradoria	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
2017 Manutenção dos Serviços Administrativos da Procuradoria	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
2018 Assistência Jurídica a Programas Estratégicos do Município	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
2019 Gestão Administrativa de Pessoal do Controle Interno	CONTROLADORIA INTERNA
2020 Manutenção dos Serviços Administrativos do Controle Interno	CONTROLADORIA INTERNA
2021 Gestão Administrativa de Pessoal da Secretaria de Administração	GABINETE E SERVIÇOS GERAIS
2022 Manutenção dos Serviços Administrativos da Secretaria de Administração	GABINETE E SERVIÇOS GERAIS
2023 Eventos e Datas Comemorativas	GABINETE E SERVIÇOS GERAIS
2026 Gestão Administrativos de Pessoal do Departamento de Recursos Humanos	DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
2027 Manutenção Administrativa do Departamento de Recursos Humanos	DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
2029 Manutenção das Atividades Gerais da Junta Militar	DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
2030 Treinamento e Capacitação do Servidor Público	DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
2031 Encargos Previdenciários com o FUMPRECAM	DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
2032 Gestão Administrativa de Pessoal dos Serviços do Patrimônio	DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO
2033 Manutenção dos Serviços Administrativos do Departamento de Patrimônio	DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO
2034 Gestão de Pessoal da Guarda Municipal e Câmeras de Vigilância	DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO
2035 Manutenção das Atividades da Guarda Municipal e Câmeras de Vigilância	DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO
2036 Gestão Administrativa de Pessoal do SEFIS	GABINETE E SERVIÇOS DE FISCALIZAÇÃO
2037 Manutenção dos Serviços Administrativos da SEFIS	GABINETE E SERVIÇOS DE FISCALIZAÇÃO
2038 Gestão Administrativa de Pessoal do Departamento de Tributos	DEPARTAMENTO DE RENDAS E TRIBUTOS
2039 Manutenção dos Serviços Administrativos do Departamento de Rendas e Tributos	DEPARTAMENTO DE RENDAS E TRIBUTOS
2040 Gestão Administrativa de Pessoal do Tesouro Municipal	DEPARTAMENTO DO TESOIRO MUNICIPAL
2041 Manutenção dos Serviços Administrativos do Tesouro Municipal	DEPARTAMENTO DO TESOIRO MUNICIPAL
2042 Gestão Administrativa de Pessoal do Departamento de Contabilidade	DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO
2043 Manutenção dos Serviços Administrativos do Departamento de Contabilidade	DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO
2046 Gestão Administrativa de Pessoal do Ensino Geral	GABINETE E ENSINO GERAL



**Programa Descrição**

**0401 Gestão Administrativa do Município**

**Objetivo:** Permitir o regular funcionamento das atividades administrativas do Município e os serviços postos à disposição da população.

2047	Manutenção das Atividades Gerais do Ensino Geral	GABINETE E ENSINO GERAL
2048	Gestão Administrativa de Pessoal do Departamento de Cultura	DEPARTAMENTO DE CULTURA
2049	Manutenção das Atividades Gerais do Departamento de Cultura	DEPARTAMENTO DE CULTURA
2055	Gestão Administrativa de Pessoal do Gabinete de Obras Públicas	GABINETE E SERVIÇOS DE OBRAS PÚBLICAS
2056	Manutenção das Atividades Gerais do Gabinete de Obras Públicas	GABINETE E SERVIÇOS DE OBRAS PÚBLICAS
2064	Gestão Administrativa de Pessoal do Departamento de Transporte e Rodovias	DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE E RODOVIAS
2065	Manutenção das Atividades Gerais do Departamento de Transporte e Rodovias	DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE E RODOVIAS
2068	Gestão Administrativa de Pessoal do Departamento de Limpeza Pública	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS
2069	Manutenção dos Serviços Administrativos do Departamento de Limpeza Pública	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS
2074	Gestão Administrativa de Pessoal da Secretaria de Ação Social	GABINETE E SERVIÇOS DE AÇÃO SOCIAL
2075	Manutenção das Atividades Gerais da Secretaria de Ação Social	GABINETE E SERVIÇOS DE AÇÃO SOCIAL
2076	Gestão de Pessoal do Conselho Tutelar	GABINETE E SERVIÇOS DE AÇÃO SOCIAL
2077	Manutenção das Atividades Gerais do Conselho Tutelar	GABINETE E SERVIÇOS DE AÇÃO SOCIAL
2080	Gestão Administrativa de Pessoal da Secretaria de Saúde	GABINETE E SERVIÇOS HOSPITALARES
2081	Manutenção das Atividades Gerais da Secretaria de Saúde	GABINETE E SERVIÇOS HOSPITALARES
2082	Gestão Administrativa de Pessoal da Secretaria	GABINETE DE APOIO A PROGRAMAS AGRÍCOLAS E ABASTECIMENTO
2083	Manutenção dos Serviços Administrativos da Secretaria	GABINETE DE APOIO A PROGRAMAS AGRÍCOLAS E ABASTECIMENTO
2084	Manutenção do Programa Agenda 21	GABINETE DE APOIO A PROGRAMAS AGRÍCOLAS E ABASTECIMENTO
2094	Gestão Administrativa de Pessoal da Secretaria de Esportes	DEPARTAMENTO DE ESPORTES
2095	Manutenção das Atividades Gerais das Secretarias de Esportes	DEPARTAMENTO DE ESPORTES
2191	Gestão Administrativa de Pessoal do FUMDESP	FUNDO MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO - FUMDESP
2192	Manutenção das Atividades Gerais do FUMDESP	FUNDO MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO - FUMDESP
2194	Manutenção das Atividades do Fundo Municipal -FEM	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL- FEM



Programa	Descrição
0402	Reequipamento do Município

**Objetivo:** Permitir o regular funcionamento das atividades administrativas do Município e os serviços postos á disposição da população.

Metas	Unid. Orçam.	
1005	Aquisição de Veículos, Móveis, Equipamentos de Informática, Máquinas e Utensílios Diversos	GABINETE DO PREFEITO
1008	Aquisição de Veículos, Móveis, Equipamentos de Informática, Máquinas e Utensílios Diversos	GABINETE E SERVIÇOS GERAIS
1010	Aquisição de Veículos, Móveis, Equipamentos de Informática, Máquinas e Utensílios Diversos	DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO
1011	Aquisição de Veículos, Móveis, Equipamentos de Informática, Máquinas e Utensílios Diversos	GABINETE E SERVIÇOS DE FISCALIZAÇÃO
1012	Aquisição de Veículos, Móveis, Equipamentos de Informática, Máquinas e Utensílios Diversos	DEPARTAMENTO DE RENDAS E TRIBUTOS
1013	Aquisição de Veículos, Móveis, Equipamentos de Informática, Máquinas e Utensílios Diversos	DEPARTAMENTO DO TESOUREO MUNICIPAL
1014	Aquisição de Veículos, Móveis, Equipamentos de Informática, Máquinas e Utensílios Diversos	DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO
1015	Aquisição de Veículos, Móveis, Equipamentos de Informática, Máquinas e Utensílios Diversos	GABINETE E ENSINO GERAL
1016	Aquisição de Veículos, Móveis, Equipamentos de Informática, Máquinas e Utensílios Diversos	DEPARTAMENTO DE CULTURA
1019	Aquisição de Veículos, Móveis, Máquinas, Equipamentos e Utensílios Diversos	GABINETE E SERVIÇOS DE OBRAS PÚBLICAS
1020	Aquisição de Máquinas Pesadas	GABINETE E SERVIÇOS DE OBRAS PÚBLICAS
1058	Aquisição de Móveis, Máquinas, Equipamentos de Informática e Utensílios Diversos	DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE E RODOVIAS
1070	Aquisição de Veículos, Móveis, Máquinas e Equipamentos Diversos para a Secretaria de Ação Social	GABINETE E SERVIÇOS DE AÇÃO SOCIAL
1071	Aquisição de Veículos, Móveis, Máquinas e Equipamentos Diversos para a Secretaria de Saúde	GABINETE E SERVIÇOS HOSPITALARES
1072	Aquisição de Veículos, Móveis, Máquinas e Equipamentos Diversos para a Secretaria de Agricultura	GABINETE DE APOIO A PROGRAMAS AGRÍCOLAS E ABASTECIMENTO
1073	Aquisição de Veículo para o Transporte da Carne	GABINETE DE APOIO A PROGRAMAS AGRÍCOLAS E ABASTECIMENTO
1080	Aquisição de Veículos, Móveis, Máquinas e Equipamentos Diversos para a Secretaria	DEPARTAMENTO DE ESPORTES
1107	Aquisição de Móveis, Máquinas, Equipamentos Diversos Destinados ao FEM	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL- FEM

Programa	Descrição
0403	Divulgação Institucional da Administração

**Objetivo:** Divulgar as ações governamentais.

Metas	Unid. Orçam.	
2015	Divulgação Institucional do Governo Municipal	GABINETE DO PREFEITO



**Programa Descrição**

0404 Serviços Públicos e Judiciários

**Objetivo:** Oferecer apoio a outros governos para melhorar os serviços de justiça e segurança; Oferecer a população auxílio a questões de caráter jurídico.

**Metas**

2024 Apoio de caráter estritamente jurídico; Cooperação técnica e financeira entre Estados e Municípios

**Unid. Orçam.**

GABINETE E SERVIÇOS GERAIS

**Programa Descrição**

0405 Parceria Técnica e Financeira com Entes Federados

**Objetivo:** Oferecer apoio a outros governos para melhorar os serviços de justiça e segurança.

**Metas**

2025 Apoio a Outros Governos para Melhorar os Serviços de Segurança Pública

**Unid. Orçam.**

GABINETE E SERVIÇOS GERAIS

**Programa Descrição**

0407 Planejamento Estratégico, Tático e Operacional

**Objetivo:** Elaborar projetos, planos e estudos destinados ao apoio das decisões da administração, incluindo cálculos atuariais e estudos relativos à Fundo de Previdência.

**Metas**

2045 Planejamento Estratégico, Tático e Operacional

**Unid. Orçam.**

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO

**Programa Descrição**

1301 Difusão Cultural - Biblioteca

**Objetivo:** Difundir no Município o hábito da leitura; Subsidiar estudantes em pesquisas complementares a seus estudos.

**Metas**

1017 Aquisição de Acervos, Móveis, Máquinas e Equipamentos Diversos para Biblioteca

**Unid. Orçam.**

DEPARTAMENTO DE CULTURA



**Programa Descrição**

1303 Cultura, Turismo e Desporto

**Objetivo:** Difundir e Incentivar o Desporto, a arte, cultura e tradições e o turismo da região.

**Metas**

2050 Manutenção da Casa da Cultura e Turismo e do Museu

1057 Construção, Reforma e/ou Ampliação de Campos de Futebol, Quadras Poliesportivas, Ginásios de Esportes entre Outros

**Unid. Orçam.**

DEPARTAMENTO DE CULTURA

GABINETE E SERVIÇOS DE OBRAS PÚBLICAS

**Programa Descrição**

1304 Promoção Artística e Difusão Cultural

**Objetivo:** Difundir arte, cultura e tradições.

**Metas**

1018 Aquisição de Instrumentos para Bandas Musicais e Marciais

2051 Promoção e Execução de Festividades Folclóricas, Cívicas, Artísticas, Culturais e Religiosas

2052 Criar Grupos de Teatro, Bandas Musicais e Marciais

2053 Incentivo aos Artesãos do Município

2054 Manutenção da Escola de Música, Banda Musical e Biblioteca

**Unid. Orçam.**

DEPARTAMENTO DE CULTURA

DEPARTAMENTO DE CULTURA

DEPARTAMENTO DE CULTURA

DEPARTAMENTO DE CULTURA

DEPARTAMENTO DE CULTURA

**Programa Descrição**

0408 Expansão Física dos Prédios Públicos

**Objetivo:** Ampliar e melhorar a rede física dos prédios públicos em geral.

**Metas**

2057 Manutenção dos Imóveis Públicos Municipais

**Unid. Orçam.**

GABINETE E SERVIÇOS DE OBRAS PÚBLICAS



**Programa Descrição**

**0409 Desapropriação de Imóveis**

**Objetivo:** Adquirir imóveis necessários ao desenvolvimento das atividades gerais da administração municipal.

**Metas**

1022	Desapropriação de Imóveis para Atividades Gerais da Administração
1039	Desapropriação de Imóveis para Abertura de Ruas
1062	Desapropriação de Terrenos para Aterro Sanitário e Lixo Urbano
1128	Aquisição e/ou Desapropriação de Imóveis para atividades Gerais do Fundo Municipal de Assistência Social
1135	Aquisição e/ou Desapropriação de Imóveis para Atividades Gerais do Fundo Municipal de Saúde
1126	Aquisição e/ou Desapropriação de Imóveis para atividades Gerais do Fundo Municipal de Educação
1127	Aquisição e/ou Desapropriação de Imóveis para atividades Gerais do FUNDEB

**Unid. Orçam.**

GABINETE E SERVIÇOS DE OBRAS PÚBLICAS  
GABINETE E SERVIÇOS DE OBRAS PÚBLICAS  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS  
FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS  
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - FME  
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - FME

**Programa Descrição**

**0410 Consórcios com Municípios e Outros Entes Federados**

**Objetivo:** Induzir o desenvolvimento integrado e a melhoria das condições sócio-econômica da população.

**Metas**

2252	Consórcios com Municípios e Outros Entes Federados
2058	Rateio para Participação em Consórcios Públicos

**Unid. Orçam.**

GABINETE E SERVIÇOS GERAIS  
GABINETE E SERVIÇOS DE OBRAS PÚBLICAS

**Programa Descrição**

**0804 Assistência Social Geral**

**Objetivo:** Assistir a população carente.

**Metas**

2169	Implantação e Manutenção da Casa de Apoio
------	---

**Unid. Orçam.**

FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL



**PM Camocim de São Felix**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS E PRIORIDADES**  
2017

**Programa Descrição**

**2501 Gestão do Sistema de Iluminação Pública**

**Objetivo:** Modernizar o Sistema de Iluminação Pública no Município.

**Metas**

1023 Aquisição de Gerador de Energia Elétrica  
1067 Aquisição de Equipamentos e Postes para o Sistema de Iluminação Pública  
2072 Manutenção do Sistema de Iluminação Pública na Sede, Distritos e Povoados

**Unid. Orçam.**

GABINETE E SERVIÇOS DE OBRAS PÚBLICAS  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS

**Programa Descrição**

**1501 Pavimentação: Asfalto, Calçamento e Meio - Fio**

**Objetivo:** Promover a pavimentação de ruas e avenidas, proporcionando o conforto e o bem estar da população.

**Metas**

1040 Construção e/ou Reposição de Calçamento, Meio-fio e Recapeamento Asfáltico  
2060 Manutenção de Asfalto, Calçamento e Meio-fio  
1108 Pavimentação em Paralelepípedos e Graníticos

**Unid. Orçam.**

GABINETE E SERVIÇOS DE OBRAS PÚBLICAS  
GABINETE E SERVIÇOS DE OBRAS PÚBLICAS  
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL- FEM

**Programa Descrição**

**1505 Vias Urbanas**

**Objetivo:** Eficientizar e expandir os serviços de utilidade pública e melhorar as condições das vias públicas.

**Programa Descrição**

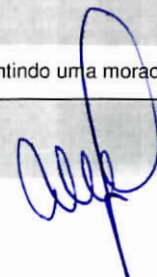
**1601 Habitações Populares**

**Objetivo:** Melhorar a vida da população de baixa renda, desafortunados e atingidos por catástrofes climáticas, garantindo uma moradia digna.

**Programa Descrição**

**1701 Melhorias Sanitárias Domiciliares**

**Objetivo:** Reduzir a incidência de verminoses e outros males provocados por condições mínimas de higiene.





**PM Camocim de São Felix**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS E PRIORIDADES**  
 2017

**Programa Descrição**

1702 Saneamento e Esgotamento Sanitário na Zona Urbana e Rural

**Objetivo:** Eliminar focos e agentes causadores de doenças endêmicas.

**Metas**

2061 Manutenção do Sistema de Saneamento Básico

**Unid. Orçam.**

GABINETE E SERVIÇOS DE OBRAS PÚBLICAS

**Programa Descrição**

1801 Revitalização Ambiental

**Objetivo:** Dotar o Município de infraestrutura urbana e despoluição ambiental.

**Metas**

2246 Implantação de Sementeira de Mudas para Arborização das Zonas Rural e Urbana

**Unid. Orçam.**

GABINETE E SERVIÇOS DE OBRAS PÚBLICAS

**Programa Descrição**

1802 Aterro Sanitário

**Objetivo:** Preservar e conservar o meio-ambiente bem como dar destino adequado ao lixo urbano.

**Programa Descrição**

1703 Recursos Hídricos: Abastecimento D'água

**Objetivo:** Perfurar e recuperar poços artesianos e amazonas; construir e recuperar cisternas. Garantir o Abastecimento de água nas escolas públicas e proporcionar armazenamento de água potável para o consumo humano, melhorando a saúde da população e reduzindo a incidência de doenças endêmicas, especializadas na área periférica.

**Metas**

2063 Manutenção do Sistema de Abastecimento d'água

**Unid. Orçam.**

GABINETE E SERVIÇOS DE OBRAS PÚBLICAS



**Programa Descrição**

2001 Promoção do Abastecimento e da Pecuária: Mercado Público, Matadores e Açougues

**Objetivo:** Dotar o comércio da pecuária de instalações que proporcionem facilidades no processo de comercialização.

**Metas**

1079 Aquisição de Carros Pipas para Abastecimento de Água Emergencial  
2090 Gestão de Pessoal de Mercados, Feiras, Açougues e Matadores  
2091 Manutenção das Atividades do Mercados, Feiras, Açougues e Matadouros  
2092 Manutenção de Currais de Animais para Feira do Gado

**Unid. Orçam.**

GABINETE DE APOIO A PROGRAMAS AGRÍCOLAS E ABASTECIMENTO  
GABINETE DE APOIO A PROGRAMAS AGRÍCOLAS E ABASTECIMENTO  
GABINETE DE APOIO A PROGRAMAS AGRÍCOLAS E ABASTECIMENTO  
GABINETE DE APOIO A PROGRAMAS AGRÍCOLAS E ABASTECIMENTO

**Programa Descrição**

2006 Agroindústrias

**Objetivo:** Incentivar e promover a melhoria na geração de renda familiar do homem do campo.

**Programa Descrição**

2401 Telecomunicações

**Objetivo:** Eficientizar as rotinas da Administração na Área de Telecomunicação

**Metas**

1056 Aquisição de Equipamentos de Repetidora de Sinal de TV, Internet entre Outros

**Unid. Orçam.**

GABINETE E SERVIÇOS DE OBRAS PÚBLICAS

**Programa Descrição**

2601 Obras Rodoviárias

**Objetivo:** Melhorar as vias de acesso e estradas vicinais do Município, facilitando o fluxo de trânsito e o escoamento da produção agrícola e promover medidas para contenção de encostas, visando combater erosão, bem como proporcionar acesso viário às localidades inacessíveis, Construção de Abrigos de Passageiros, Construção de Rodoviária, construção de Pontes, Passagens Molhadas e Outros

**Metas**

2066 Manutenção de Rodovias Municipais, Passagens Molhadas, Pontes entre Outros

**Unid. Orçam.**

DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE E RODOVIAS



**Programa** Descrição  
2602 Estradas Vicinais

**Objetivo:** Garantir acesso terrestre através de estradas bem conservadas

**Metas**  
2067 Manutenção de Estradas Vicinais

**Unid. Orçam.**  
DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE E RODOVIAS

**Programa** Descrição  
1502 Cemitérios Públicos

**Objetivo:** Eficientizar e expandir os serviços de utilidade pública e melhorar as condições das necrópoles.

**Metas**  
2070 Manutenção de Cemitérios Públicos, Necrópoles e Velórios

**Unid. Orçam.**  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS

**Programa** Descrição  
1503 Infraestrutura Urbana: Praças, Parques, Jardins e Outros

**Objetivo:** Promover o lazer e o bem estar da população.

**Metas**  
2071 Manutenção de Praças, Parques, Jardins entre Outros

**Unid. Orçam.**  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS

**Programa** Descrição  
1504 Limpeza Pública

**Objetivo:** Eficientizar e expandir os serviços de utilidade pública e melhorar as condições da Limpeza Públicas

**Metas**  
1065 Aquisição de Coletores de Lixo, Caminhão e Carroças para o transporte do lixo

**Unid. Orçam.**  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS





**PM Camocim de São Felix**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS E PRIORIDADES**  
 2017

**Programa Descrição**  
 2502 Eletrificação Rural

**Objetivo:** Promover o desenvolvimento através da oferta de energia destinada a incrementar a produção e propiciar conforto à população.

**Metas**  
 1068 Implantação de Eletrificação Rural

**Unid. Orçam.**  
 DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS

**Programa Descrição**  
 0406 Apoio aos Conselhos Municipais

**Objetivo:** Dar subsídios aos Conselhos Municipais .

**Metas**  
 1069 Aquisição de Veículos e Equipamentos Diversos para Apoiar os Conselhos Municipais de Assistência Social  
 2073 Manutenção do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente  
 2187 Manutenção do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente  
 2149 Manutenção dos Conselhos Municipais da Assistência Social  
 2097 Apoio aos Conselhos Municipais de Saúde

**Unid. Orçam.**  
 GABINETE E SERVIÇOS DE AÇÃO SOCIAL  
 GABINETE E SERVIÇOS DE AÇÃO SOCIAL  
 FUNDECA-FUNDO MUNIC. DO DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE  
 FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL  
 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

**Programa Descrição**  
 0810 Benefícios, Proventos e Auxílios

**Objetivo:** Oferecer auxílios, pensões e proventos aos inativos e pensionistas.

**Metas**  
 2079 Concessão de Auxílios Assistenciais

**Unid. Orçam.**  
 GABINETE E SERVIÇOS DE AÇÃO SOCIAL

**Programa Descrição**  
 2002 Mecanização da Agricultura

**Objetivo:** Fixar o homem ao campo e aumentar a produção de produtos agrícolas no Município.

**Metas**  
 1074 Aquisição de Tratores, Máquinas Pesadas e Implementos Agrários

**Unid. Orçam.**  
 GABINETE DE APOIO A PROGRAMAS AGRÍCOLAS E ABASTECIMENTO

**Programa Descrição**

2003 Desenvolvimento da Agricultura Familiar

**Objetivo:** Desenvolver a Agricultura Familiar.

**Metas**

1075 Aquisição de Equipamentos Destinados ao Incentivo da Agricultura Familiar  
1077 Aquisição de Animais Reprodutores para Melhoramento da Genética  
2085 Treinamento e Capacitação  
2086 Incentivo a Pequenos Agricultores com Aração de Terras a Aquisição de Instrumentos Agrícolas

**Unid. Orçam.**

GABINETE DE APOIO A PROGRAMAS AGRÍCOLAS E ABASTECIMENTO  
GABINETE DE APOIO A PROGRAMAS AGRÍCOLAS E ABASTECIMENTO  
GABINETE DE APOIO A PROGRAMAS AGRÍCOLAS E ABASTECIMENTO  
GABINETE DE APOIO A PROGRAMAS AGRÍCOLAS E ABASTECIMENTO

**Programa Descrição**

2004 Infraestrutura Agrária e Incentivo à Produção Vegetal

**Objetivo:** Melhorar as condições sócio-econômicas da população rural e o abastecimento e apoiar as ações relacionadas com agricultura, pecuária, defesa sanitária e extensão rural.

**Programa Descrição**

2005 Promoção na Produção e Abastecimento Agropecuário

**Objetivo:** Implantar o abate de suínos e caprinos na estrutura do abatedouro público, para unificar e facilitar a fiscalização e acompanhamento da guia de transporte de animais (GTA). Construção e Ampliação de Curral de Gado

**Metas**

2087 Manutenção do Programa de Incentivo à Produção Rural  
2088 Aquisição e Distribuição de Sementes, Mudas e Insumos para Apoiar a Produção Rural

**Unid. Orçam.**

GABINETE DE APOIO A PROGRAMAS AGRÍCOLAS E ABASTECIMENTO  
GABINETE DE APOIO A PROGRAMAS AGRÍCOLAS E ABASTECIMENTO

**Programa Descrição**

2007 Projeto Piscicultura

**Objetivo:** Melhor as condições de vida do homem do campo como a auto sustentabilidade.

**Metas**

2089 Implantação e Manutenção do Projeto de Piscicultura

**Unid. Orçam.**

GABINETE DE APOIO A PROGRAMAS AGRÍCOLAS E ABASTECIMENTO



**Programa Descrição**

**2201 Indústria Sustentável**

**Objetivo:** Implementar as atividades industriais; promover cursos profissionalizantes; realizar parcerias com SENAC, SENAI, visando o desenvolvimento profissional da região.

**Metas**

2093 Apoio e Incentivo a Implantação de Pequenos e Microempresas

**Unid. Orçam.**

GABINETE DE APOIO A PROGRAMAS AGRÍCOLAS E ABASTECIMENTO

**Programa Descrição**

**2701 Desporto Amador**

**Objetivo:** Desenvolver atividades esportivas e de lazer destinadas à melhoria das práticas de atletismo da população.

**Metas**

2096 Incentivo ao Desporto Amador e Comunitário

2193 Incentivo ao Desporto Amador e Comunitário

**Unid. Orçam.**

DEPARTAMENTO DE ESPORTES

FUNDO MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO - FUMDESP

**Programa Descrição**

**1001 Gestão Administrativa do Fundo Municipal de Saúde**

**Objetivo:** Permitir o regular funcionamento das atividades administrativas do Município e os serviços postos à disposição da população, inclusive o pagamento de pessoal e seus encargos.

**Metas**

2098 Gestão Administrativa de Pessoal do Fundo Municipal de Saúde - FMS

2099 Manutenção das Atividades Gerais do Fundo Municipal de Saúde - FMS

2101 Distribuição de Próteses, Cadeiras de Rodas, Leite entre Outros)

2102 Capacitação, Treinamento e Qualificação de Servidores

2119 Gestão Administrativa de Pessoal do Departamento de Fisioterapia

2120 Manutenção das Atividades do Departamento de Fisioterapia

**Unid. Orçam.**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

**Programa Descrição**

**1002 Reequipamento do Fundo Municipal de Saúde**

**Objetivo:** Dotar as unidades de saúde de equipamentos médico-hospitalar; Adquirir veículos para transportes de pacientes e servidores; Adquirir equipamentos de informática e usos diversos.

**Metas**

1081 Aquisição de Veículos, Ambulâncias, UTI Móvel, Móveis, Máquinas e Equipamentos Diversos

**Unid. Orçam.**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS



**Programa Descrição**

1003 Divulgação Institucional da Saúde

Objetivo: Divulgar as ações da Secretaria e do Fundo Municipal de Saúde.

**Programa Descrição**

1007 Ampliação da Rede Física de Saúde

Objetivo: Ampliar e recuperar a rede física de saúde.

**Metas**

1132 Construção, Reforma e Ampliação das UBS's e da Unidade Mista Nossa Senhora do Bom Parto

**Unid. Orçam.**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

**Programa Descrição**

1012 Programa Nacional de Controle do Câncer de Colo do Útero e de Mama

Objetivo: Reduzir substancialmente o número de mortes causadas pelo câncer de colo do útero e de mama.

**Metas**

1082 Aquisição de Equipamentos para Exames Clínicos entre Outros

2105 Manutenção do Programa Nacional de Controle do Câncer de Colo do Útero e de Mama

**Unid. Orçam.**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

**Programa Descrição**

1013 Saúde Bucal

Objetivo: Aparelhar e reequipar o sistema municipal de saúde para prestação de serviços odontológicos e educar a população para a importância da higiene bucal; Ampliação do sistema da Saúde Bucal.

**Metas**

1083 Aquisição de Equipamentos para Serviços Odontológicos em Policlínicas

2106 Manutenção da Saúde Bucal

**Unid. Orçam.**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

**Programa Descrição**

1018 Programa Agentes Comunitários de Saúde - PACS

Objetivo: Intensificar as ações básicas e preventivas da saúde.

**Metas**

2107 Gestão Administrativa de Pessoal do PACS

2108 Manutenção das Atividades Gerais do PACS

**Unid. Orçam.**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS



**Programa Descrição**

**1019 Programa de Saúde da Família - PSF**

**Objetivo:** Melhorar as condições de vida da população carente e realizar a promoção, proteção e prevenção da saúde.

**Metas**

1084 Aquisição de Móveis, Equipamentos e Utensílios Diversos para o PSF  
2109 Gestão Administrativa de Pessoal do PSF  
2110 Manutenção das Atividades Gerais do PSF

**Unid. Orçam.**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

**Programa Descrição**

**1021 NASF - Núcleo de Atendimento à Saúde da Família**

**Objetivo:** Melhor atendimento na atenção básica; contratação de profissionais capacitados; Implantação e manutenção do NASF

**Metas**

2111 Núcleo de Apoio a Saúde da Família - NASF  
2245 Gestão de Pessoal do NASF - Núcleo de Atendimento à Saúde da Família

**Unid. Orçam.**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

**Programa Descrição**

**1022 Educação em Saúde**

**Objetivo:** Oferecer para a população um trabalho de prevenção de doenças utilizando o lúdico, buscando a conscientização quanto à cidadania, objetivando uma mudança comportamental na população, para que se tenha uma consciência sobre assuntos referentes à saúde no município.

**Metas**

2112 Implantação e Manutenção das Ações de Educação Continuada em Prevenção de Doenças  
2113 Promoção de Ações ao Programa de Saúde do Trabalhador

**Unid. Orçam.**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

**Programa Descrição**

**1029 Programa de Atenção Básica de Saúde**

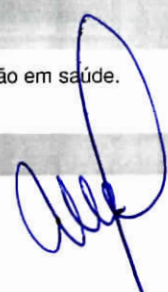
**Objetivo:** Melhorar a intensidade das ações de saúde junto à população; Criar o núcleo de educação em saúde.

**Metas**

2114 Programa de Combate as Endemias  
2117 Manutenção e Desenvolvimento das Campanhas Multivacinação  
2118 Manutenção dos Programas de Hipertensão e Diabetes

**Unid. Orçam.**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS



**Programa** Descrição  
1006 Serviços Hospitalares

**Objetivo:** Garantir a população acesso amplo aos serviços hospitalares.

Metas		Unid. Orçam.
1085	Aquisição de Veículos, Móveis, Máquinas e Equipamentos Médicos Hospitalares	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
2121	Manutenção dos Serviços Hospitalares e Ambulatoriais do Município	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
2253	Gestão de Pessoal dos Serviços Hospitalares e Ambulatoriais - MAC	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

**Programa** Descrição  
1008 Serviços Complementares de Saúde

**Objetivo:** Atuar com a rede conveniada do SUS nas ações complementares de saúde.

**Programa** Descrição  
1011 Saúde Mental

**Objetivo:** Atender a população que sofre de distúrbios mentais, visando sua reintegração social.

Metas		Unid. Orçam.
2128	Gestão de pessoal do Programa Saúde Mental	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
2129	Manutenção do Programa Saúde Mental	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

**Programa** Descrição  
1014 Tratamento Fora do Domicílio - TFD

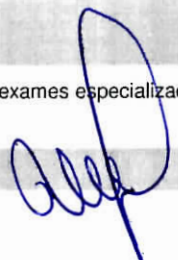
**Objetivo:** Dar apoio aos pacientes do Município deslocados para a Capital e cidades com mais de 50 KM de distância.

Metas		Unid. Orçam.
2130	Manutenção do Programa Tratamento Fora do Domicílio - TFD	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

**Programa** Descrição  
1016 Atenção Especializada

**Objetivo:** Implantar, na medida do possível, ações especializadas de saúde, levando à população, exames especializados com destaque para ultra-sonografia e radiologia.

Metas		Unid. Orçam.
2131	Realização de Exames Especializados com Destaque para Ultrassonografia	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS





**Programa Descrição**

**1023 Gestão Plena do Sistema Municipal de Saúde - Média Complexibilidade**

**Objetivo:** Contratar serviços de saúde especializados em média complexidade para o Município de Camocim de São Félix; Regular aquisição e realização de procedimentos especializados no âmbito local - regional de acordo com a PPI.

**Programa Descrição**

**1026 Serviço de Atendimento Médico de Urgência - SAMU**

**Objetivo:** Prestar socorro à população em casos de emergência.

**Metas**

1086 Aquisição de Equipamentos Diversos Destinados ao SAMU  
2133 Gestão de Pessoal dos Serv. de Atendimento Médico de Urgência - SAMU  
2134 Manutenção dos Serviço de Atendimento Médico de Urgência - SAMU

**Unid. Orçam.**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

**Programa Descrição**

**1031 Programa Mãe Coruja**

**Objetivo:** Cuidar da Gestante e da Criança, através da articulação com a rede de saúde existente no município e após o nascimento, a criança também passa a ser acompanhada pelos profissionais dos Cantos Mãe Coruja até completar cinco anos de idade

**Metas**

2135 Promoções de Ações do Programa Mãe Coruja

**Unid. Orçam.**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

**Programa Descrição**

**1032 Programa Rede Cegonha**

**Objetivo:** Garantir atendimento de qualidade a todas as brasileiras pelo Sistema Único de Saúde (SUS), desde a confirmação da gestação até os dois primeiros anos de vida do bebê, fundamentada nos princípios da humanização e assistência.

**Metas**

2136 Promoções de Ações do Programa Rede Cegonha

**Unid. Orçam.**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS





**PM Camocim de São Félix**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS E PRIORIDADES**  
 2017

**Programa Descrição**

1015 Farmácia Básica

**Objetivo:** Manter a oferta de medicamentos padronizados para a Atenção Básica.

**Metas**

2137 Manutenção do Programa Farmácia Básica

**Unid. Orçam.**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

**Programa Descrição**

1033 Farmácia Popular do Brasil

**Objetivo:** Ampliar o acesso da população a medicamentos essenciais, como analgésicos, antihipertensivos e remédios de controle para diabetes, colesterol, entre outros com preços reduzidos.

**Metas**

2138 Manutenção do Programa Farmácia Popular do Brasil

**Unid. Orçam.**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

**Programa Descrição**

1010 Vigilância Sanitária

**Objetivo:** Manter os serviços de vigilância sanitária em regular funcionamento.

**Metas**

1087 Aquisição de Veículos, Móveis, Máquinas e Equipamentos Diversos para a Vigilância Sanitária

2139 Gestão Administrativa de Pessoal da Vigilância Sanitaria

2140 Manutenção das Atividades Administrativas da Vigilância Sanitaria

**Unid. Orçam.**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

**Programa Descrição**

1004 Programa de Controle a Hanseníase

**Objetivo:** Reduzir a prevalência para menor de 01 (um) caso para 10.000 habitantes/ano.

**Programa Descrição**

1005 Controle da Tuberculose e Tracoma

**Objetivo:** Aumentar cobertura do PCT (Programa de Controle da Tuberculose) visando quebrar cadeia de transmissão e redução de mortalidade.

**Programa Descrição**  
1009 Controle do Aedes Aegypti

**Objetivo:** Intensificar o combate e o controle contra a dengue.

**Programa Descrição**  
1020 Epidemiologia e Controle de Doenças - ECD

**Objetivo:** Atuar na prevenção e controle das doenças endêmicas e epidemiológicas.

Metas	Unid. Orçam.
1089 Aquisição de Veículos, Móveis, Máquinas e Equipamentos Diversos para a Epidemiologia e Controle de Doenças - ECD	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
2144 Gestão de Pessoal do Progra. de Epidemiologia e Controle de Doenças	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
2145 Manutenção das Ações de Epidemiologia e Controle de Doenças	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

**Programa Descrição**  
1027 Controle de Doenças Sexualmente Transmissíveis - DST/AIDS

**Objetivo:** Reduzir a incidência de doenças infecto contagiosas melhorar a qualidade de vida dos portadores.

**Programa Descrição**  
1028 Programa Controle da Esquistossomose

**Objetivo:** Reduzir a prevalência para menor de 01 (um) caso para 10.000 habitantes/ano.

**Programa Descrição**  
1017 Programa Alimentação e Nutrição


**Objetivo:** Diminuir a desnutrição no Município.

**Programa Descrição**  
1024 CEO - Centro de Especialidades Odontológicas

**Objetivo:** Construir e Manter um CEO Centro de Especialidades Odontológicas.

**Programa Descrição**  
1025 CEREST - Centro Regional de Saúde do Trabalhador

**Objetivo:** Implantar um Centro Regional de Saúde do Trabalhador.



**Programa** Descrição  
0802 Gestão Administrativa do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS

**Objetivo:** Permitir o regular funcionamento das atividades administrativas do Fundo.

<b>Metas</b>	<b>Unid. Orçam.</b>
2150 Gestão Administrativa de Pessoal do Fundo Municipal de Ação Social - FMAS	FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL
2151 Manutenção das Atividades Gerais do Fundo Municipal de Ação Social - FMAS	FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL
2152 Treinamento, Capacitação e Conferências Municipais	FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL

**Programa** Descrição  
0801 Reequipamento do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS


**Objetivo:** Permitir e facilitar os serviços gerais e administrativos da Secretaria.

<b>Metas</b>	<b>Unid. Orçam.</b>
1096 Aquisição de Veículos, Móveis, Máquinas e Equipamentos Diversos para o FMAS	FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL

**Programa** Descrição  
0809 Subvenções a Entidades Sem Fins Lucrativos

**Objetivo:** Repassar recursos às entidades privadas executoras de programas de assistência social, educacional, cultural e outras.

<b>Metas</b>	<b>Unid. Orçam.</b>
2155 Concessão de Subvenções a Entidades de Assistência Social	FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL



**Programa Descrição**

0805 Programa de Proteção Social Básica

**Objetivo:** Promover novas oportunidades para que os jovens experimentem novas formas de interação e sua inserção social e profissional.

**Metas**

1098	Aquisição de Veículos, Móveis, Máquinas e Equipamentos Diversos para o IGD SUAS
1102	Aquisição de Veículos, Móveis, Máquinas e Equipamentos Diversos para o IGD BOLSA
1103	Aquisição de Veículos, Móveis, Máquinas e Equipamentos Diversos para o CRAS
2163	Manutenção das Atividades Gerais do Programa Índice de Gestão Descentralizada - IGD SUAS
2170	Manutenção das Atividades Gerais do Programa do Piso Básico Fixo - PAIF
2171	Gestão de Pessoal do Prog. Índice de Gestão Descentralizada - IGD BOLSA
2172	Manutenção das Atividades Gerais do Programa Índice de Gestão Descentralizada - IGD BOLSA
2173	Gestão de Pessoal do Programa CRAS
2174	Manutenção das Atividades Gerais do Programa CRAS
2176	Manutenção das Ativ. Gerais do Benefício de Prestação Continuada - BPC
2247	Gestão de Pessoal do Programa Índice de Gestão Descentralizada - IGD SUAS

**Unid. Orçam.**

FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL  
FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL  
FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL  
FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL  
FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL  
FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL  
FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL  
FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL  
FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL  
FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL  
FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL

**Programa Descrição**

0812 Apoio aos Portadores de Necessidades Especiais

**Objetivo:** Beneficiar pessoas portadoras de deficiência mentais e idosos na locomoção local, bem como na oferta de aparelhos ortopédicos em geral.

**Metas**

1097	Aquisição de Cadeiras de Rodas, Próteses entre Outros
2158	Assistência ao Portador de Deficiências

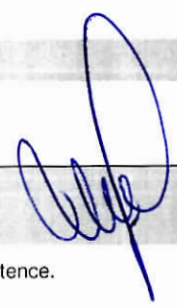
**Unid. Orçam.**

FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL  
FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL

**Programa Descrição**

0806 Programa Liberdade Assistida

**Objetivo:** Acompanhar a vida social do adolescente infrator, sem retirá-lo do convívio da comunidade a que pertence.



**Programa Descrição**

0807 Programa de Proteção Social Especial

**Objetivo:** Oferecer atendimento especializado e acompanhamento através de orientadores às famílias com 01(um) ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação dos direitos.

**Metas**

2178 Manutenção das Atividades do CREAS  
2248 Gestão de Pessoal do CREAS

**Unid. Orçam.**

FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL  
FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL

**Programa Descrição**

0808 Projeto Resgatando a Cidadania - Programa Vida Nova

**Objetivo:** Oferecer jornada complementar a crianças e adolescentes de 7 a 17 anos; apoiar crianças e adolescentes em medidas socioeducativas em situação de vulnerabilidade social.

**Metas**

1101 Aquisição de Equipamentos Diversos para o programa Vida Nova  
2167 Implantação e Manutenção do Projeto Resgatando a Cidadania - Programa Vida Nova

**Unid. Orçam.**

FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL  
FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL

**Programa Descrição**

0811 Assistência aos Flagelados - Proteção Social Básica

**Objetivo:** Amenizar os efeitos de calamidades oferecendo apoio aos necessitados.

**Metas**

2179 Assistência aos Flagelados de Catástrofes

**Unid. Orçam.**

FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL

**Programa Descrição**

0813 Ação Comunitária e Combate a Pobreza

**Objetivo:** Atender as pessoas em situação de vulnerabilidade social.

**Metas**

2180 Distribuição Gratuita de Material a Pessoas Carentes através de Lei Específica  
2181 Distribuição Alimentos e Peixes na Semana Santa  
2182 Doação de Ataúdes e Outros; Transporte com Remoção de Cadáveres

**Unid. Orçam.**

FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL  
FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL  
FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL



**Programa Descrição**

0815 Programa de Proteção ao Acesso ao Mundo do Trabalho

**Objetivo:** Contribuir para a efetivação da Política de Assistência Social como política pública garantidora de direitos de cidadania e promotora de desenvolvimento social, na perspectiva da prevenção e superação das desigualdades e exclusão social, tendo a família como unidade de atenção para concepção e a implementação de programas, projetos e serviços.

**Metas**

2183 Implantação de Oficinas Profissionalizantes  
2184 Realização de Cursos de Produção Pronto Emprego

**Unid. Orçam.**

FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL  
FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL

**Programa Descrição**

0817 Programa Pé no Batente

**Objetivo:** Oferecer a população cadastrada no bolsa família e egressos do agente jovem (prioritariamente) profissionalização.

**Metas**

2185 Implantação e Manutenção do Programa Pé no Batente

**Unid. Orçam.**

FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL

**Programa Descrição**

0818 Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho - Acessuas Trabalho

**Objetivo:** Promover a Integração dos usuários da assistência social ao mundo do trabalho por meio de ações articuladas e mobilização social.

**Metas**

2186 Manutenção do Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho - Acessuas Trabalho

**Unid. Orçam.**

FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL

**Programa Descrição**

0814 Gestão Administrativa do FUNDECA

**Objetivo:** Permitir o regular funcionamento das atividades administrativas do FUNDECA.

**Metas**

1105 Aquisição de Veículos, Móveis, Máquinas e Equipamentos Diversos para o FUNDECA  
2188 Gestão Administrativa de Pessoal do Fundeca  
2189 Manutenção das Atividades Gerais do Fundeca

**Unid. Orçam.**

FUNDECA-FUNDO MUNIC. DO DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE  
FUNDECA-FUNDO MUNIC. DO DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE  
FUNDECA-FUNDO MUNIC. DO DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE



**Programa Descrição**

0803 Conselho Tutelar

**Objetivo:** Propiciar o funcionamento do conselho do Município

**Metas**

2190 Programa de Assistência aos Adolescentes Infratores do Conselho Tutelar

**Unid. Orçam.**

FUNDECA-FUNDO MUNIC. DO DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

**Programa Descrição**

1204 Implantação e Manutenção do Fundo Municipal de Educação

**Objetivo:** Dotar as unidades de educação de equipamentos; Adquirir equipamentos de informática e usos diversos para as escolas; Adquirir acervo bibliográfico; Adquirir material pedagógico, de consumo e outros para as escolas.

**Metas**

1110 Aquisição de Móveis, Máquinas, Equipamentos de Informática e Utensílios Diversos  
2196 Gestão Administrativa de Pessoal do Fundo Municipal de Educação - FME  
2197 Manutenção das Atividades Gerais do Fundo Municipal de Educação - FME  
2198 Capacitação, Treinamento e Qualificação de Servidores

**Unid. Orçam.**

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - FME  
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - FME  
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - FME  
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - FME

**Programa Descrição**

1213 Programa Nacional de Tecnologia Educacional - PROINFO

**Objetivo:** Promover o uso pedagógico da informática na rede pública de ensino; Aquisição de Computadores; Inclusão dos alunos da rede municipal de ensino na área de educação tecnológica.

**Metas**

2199 Manutenção das Atividades Gerais do PROINFO  
1111 Aquisição de Equipamentos de Informática e de Comunicação p/o PROINFO

**Unid. Orçam.**

GABINETE E SERVIÇOS DE OBRAS PÚBLICAS  
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - FME

**Programa Descrição**

1226 Programa Brasil Conectado

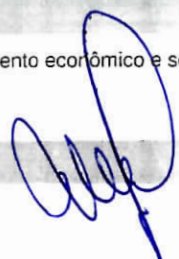
**Objetivo:** Ampliar o acesso à internet em banda larga. Criar oportunidades, acelerar o desenvolvimento econômico e social, promover a inclusão digital, reduzir as desigualdades social e regional, promover a geração de emprego e renda.

**Metas**

1112 Aquisição de Equipamentos de Informática e de Comunicação p/o BRASIL CONECTADO  
2200 Manutenção do BRASIL CONECTADO

**Unid. Orçam.**

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - FME  
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - FME





**Programa Descrição**

1219 PAG - Programa de Apoio a Graduação de Profissionais

**Objetivo:** Oferecer apoio logístico e financeiro para o cumprimento do art. 62 da Lei 9.394/96, para que os professores do município obtenham o terceiro grau, incluindo pagamento das mensalidades, bolsas de estudo e transporte.

**Metas**

2201 Manutenção do Programa de Apoio a Graduação de Profissionais

**Unid. Orçam.**

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - FME

**Programa Descrição**

1222 Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE

**Objetivo:** Reduzir a evasão escolar e evitar a desnutrição dos alunos.

**Metas**

2202 Manutenção do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE

**Unid. Orçam.**

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - FME

**Programa Descrição**

1205 Programa Nacional de Transporte Escolar - PNATE

**Objetivo:** Oferecer transporte gratuito aos estudantes.

**Metas**

1113 Aquisição de Veículos e Equipamentos Diversos para o Transporte Escolar

2204 Manutenção do Programa Nacional de Transporte Escolar - PNATE

**Unid. Orçam.**

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - FME

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - FME

**Programa Descrição**

1206 Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE

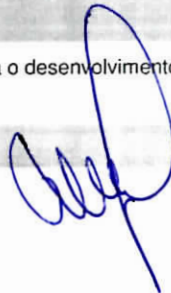
**Objetivo:** Proporcionar aos professores da rede pública subsídios teórico-metodológicos, para o desenvolvimento de ações educacionais sistematizadas.

**Metas**

2205 Manutenção do Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE

**Unid. Orçam.**

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - FME



**Programa Descrição**

1208 Programa Nacional do Livro Didático - PNLD

**Objetivo:** Incentivar os alunos da rede municipal de ensino ao hábito da leitura.

**Metas**

2206 Programa Nacional do Livro Didático - PNLD

**Unid. Orçam.**

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - FME

**Programa Descrição**

1209 A Caminho da Escola - TRAN

**Objetivo:** Oferecer transporte gratuito aos estudantes da rede estadual de ensino no Município de Camocim de São Félix, de acordo com a Lei Estadual n.º 12.367, de 22.05.2003.

**Metas**

2207 Manutenção do Programa a Caminho da Escola - TRAN

**Unid. Orçam.**

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - FME

**Programa Descrição**

1210 Expansão do Ensino Municipal

**Objetivo:** Ampliar a rede física do ensino no município; Criar condições adequada para o desenvolvimento do ensino publico.

**Metas**

1115 Aquisição de Móveis, Máquinas e Equipamentos Diversos

2208 Manutenção das Atividades do Ensino

**Unid. Orçam.**

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - FME

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - FME

**Programa Descrição**

1212 Programa Alfa e Beto

**Objetivo:** Corrigir o fluxo escolar e a distorção idade-série dos alunos das escolas da zona rural.

**Metas**

2210 Implantação e manutenção do Programa Alfa e Beto

**Unid. Orçam.**

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - FME



Programa Descrição  
1214 Pró - Letramento

Objetivo: Oferecer suporte às ações pedagógicas dos professores das series iniciais do ensino fundamental e da aprendizagem da língua portuguesa e matemática.

Metas  
2211 Manutenção do Programa Pro - Letramento

Unid. Orçam.  
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - FME

Programa Descrição  
1216 Programa Escola Aberta

Objetivo: Contribuir para a melhoria da qualidade da educação, por meio da ampliação da relação escolacomunidade.

Metas  
2212 Manutenção do Programa Escola Aberta

Unid. Orçam.  
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - FME

Programa Descrição  
1217 Projeto Voltei

Objetivo: Garantir o acesso e a permanência dos alunos na escola.

Metas  
2213 Manutenção do Projeto Voltei

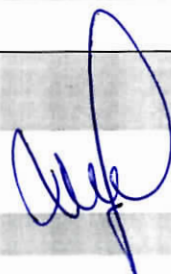
Unid. Orçam.  
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - FME

Programa Descrição  
1218 Programa Nacional Biblioteca da Escola

Objetivo: Propor acesso irrestrito aos alunos da rede pública de ensino.

Metas  
2214 Implantação e Manutenção do Programa Nacional Biblioteca da Escola - PNBE

Unid. Orçam.  
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - FME



**Programa Descrição**

1220 Programa Educação no Campo - PECAMPO

**Objetivo:** Assistir e Suplementar a educação no campo, ter por objetivo melhorar a qualidade do ensino oferecido pelas escolas localizadas na zona rural.

**Metas**

2215 Implantação e Manutenção do Programa Educação no Campo - PECAMPO

**Unid. Orçam.**

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - FME

**Programa Descrição**

1221 PDDE - Programa Dinheiro Direto na Escola

**Objetivo:** Descentralizar a gestão financeira de recursos para agilizar as ações educacionais e reduzir os custos nas unidades executoras do PDDE.

**Metas**

2216 Manutenção do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE

**Unid. Orçam.**

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - FME

**Programa Descrição**

1223 Jogos Escolares

**Objetivo:** Incentivar prática de esportes nas escolas municipais de ensino, promover uma vida saudável na individualidade e coletividade, também proporcionando a conscientização da criança e do adolescente da importância do coleguismo, colaboração e solidariedade.

**Metas**

2217 Manutenção dos Jogos Escolares

**Unid. Orçam.**

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - FME

**Programa Descrição**

1224 Programa Escola Ativa

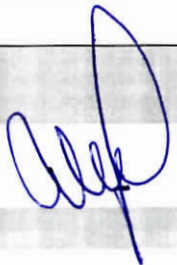
**Objetivo:** Garantir a melhor qualidade da educação no meio rural.

**Metas**

2218 Manutenção do Programa Escola Ativa

**Unid. Orçam.**

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - FME



**Programa Descrição**

1225 Horta Escolar

**Objetivo:** Incentivar os Alunos, principalmente da zona rural a trabalhar com a agricultura.

**Metas**

2219 Manutenção da Horta Escolar

**Unid. Orçam.**

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - FME

**Programa Descrição**

1227 Programa Mais Educação

**Objetivo:** Ampliar a jornada escolar nas escolas públicas, para no mínimo 7 horas diárias, por meio de atividades optativas nos macrocampos: Acompanhamento pedagógico; educação ambiental; esporte e lazer; direitos humanos em educação; cultura e artes; cultura digital; promoção da saúde. comunicação e uso de mídias; investigação no campo das ciências da natureza e educação econômica.

**Programa Descrição**

1228 Projovem Urbano

**Objetivo:** Promover novas oportunidades para que os jovens experimentem novas formas de interação e sua inserção social e profissional.

**Metas**

2222 Gestão de Pessoal do PROJOVEM URBANO

2223 Manutenção das Atividades do PROJOVEM URBANO

**Unid. Orçam.**

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - FME

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - FME

**Programa Descrição**

1215 Programa Escola Técnica Aberta do Brasil - E - TEC BRASIL

**Objetivo:** Democratização do acesso ao ensino técnico público através da modalidade de educação à distância.

**Metas**

2224 Implantação e Manutenção do Programa Escola Técnica Aberta do Brasil - E - TEC BRASIL

**Unid. Orçam.**

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - FME

**Programa Descrição**

1207 Educação Jovens e Adultos Programa Recomeço

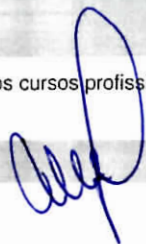
**Objetivo:** Prestar Serviços de apoio aos alunos no horário extra-escolar, oferecendo, aos mesmos cursos profissionalizantes que irão ajudá-los no mercado de trabalho.

**Metas**

2225 Manutenção da Educação Jovens e Adultos Programa Recomeço

**Unid. Orçam.**

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - FME



**Programa Descrição**  
1202 Educação Especial

**Objetivo:** Cumprir a Emenda Constitucional nº 53 aprovada em 19 de dezembro de 2006 e Portaria nº 221 de 10 de março de 2009.

**Metas**  
2226 Manutenção da Educação Especial

**Unid. Orçam.**  
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - FME

**Programa Descrição**  
1201 Manutenção do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica - FUNDEB

**Objetivo:** Cumprir a Emenda Constitucional nº 53 aprovada em 19 de dezembro de 2006 e Portaria nº 221 de 10 de março de 2009.

**Metas**  
1117 Aquisição de Móveis, Máquinas, Equipamentos de Informática e Utensílios Diversos - FUNDEB  
2227 Gestão Administrativa de Pessoal do FUNDEB 40%  
2228 Manutenção das Atividades Gerais do FUNDEB  
2229 Aquisição de Material Didático Escolar para Distribuir com os alunos  
2230 Capacitação e Treinamento de Professores  
2231 Gestão Administrativa de Pessoal do FUNDEB 60%

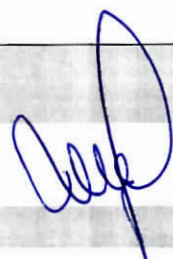
**Unid. Orçam.**  
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - FUNDEB  
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - FUNDEB  
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - FUNDEB  
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - FUNDEB  
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - FUNDEB  
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - FUNDEB

**Programa Descrição**  
1203 Expansão da Rede Física - FUNDEB

**Objetivo:** Ampliar a rede física do ensino no município.

**Metas**  
2232 Manutenção e Conservação de Unidades Escolares do Ensino

**Unid. Orçam.**  
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - FUNDEB



**Programa** Descrição  
1211 Educação Infantil Geral

**Objetivo:** Manter o regular funcionamento das creches.

Metas	Unid. Orçam.
2233 Gestão Administrativa de Pessoal do Ensino Infantil - 60%	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - FUNDEB
2234 Gestão Administrativa de Pessoal do Ensino Infantil - 40%	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - FUNDEB
2235 Gestão Administrativa de Cheches	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - FUNDEB
2236 Manutenção das Atividades de Cheches	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - FUNDEB
2237 Manutenção e Conservação de Unidades Escolares do Ensino Infantil	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - FUNDEB

**Programa** Descrição  
0816 Centro Comunitário

**Objetivo:** Oferecer assistência social as comunidades carentes.

**Programa** Descrição  
1030 Academia da Cidade

**Objetivo:** Melhorar a qualidade de vida da população.

Metas	Unid. Orçam.
2059 Manutenção da Academia da Cidade	GABINETE E SERVIÇOS DE OBRAS PÚBLICAS

**Programa** Descrição  
1302 Infraestrutura - Ecoturismo

**Objetivo:** Desenvolver infraestrutura para o ecoturismo e turismo rural e de aventura

**Programa** Descrição  
0411 PASEP

**Objetivo:** Formar o patrimônio do Servidor Público.

Metas	Unid. Orçam.
2238 Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP	DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO



**Programa Descrição**

0412 Contribuições para AMUPE e outros Órgãos

**Objetivo:** Permitir o regular funcionamento das atividades administrativas do Município.

**Metas**

2251 Contribuições para AMUPE e outros Órgãos

**Unid. Orçam.**

GABINETE E SERVIÇOS GERAIS

**Programa Descrição**

0820 Subvenções a Entidades Sociais e Culturais

**Objetivo:** Apoiar Entidades sem fins lucrativos para eficientizar os serviços e melhorar o atendimento a população, inclusive com parcerias de instituições não - governamentais.

**Metas**

2250 Subvenções a Entidades Sociais e Culturais

2249 Subvenções a Entidades Sociais e Culturais

**Unid. Orçam.**

GABINETE E SERVIÇOS DE AÇÃO SOCIAL

FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL

**Programa Descrição**

0819 Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

**Objetivo:** Promover novas oportunidades para que os jovens experimentem novas formas de interação e sua inserção social e profissional.

**Metas**

1134 Aquisição de Móveis, Equipamentos de Informática, Máquinas e Utensílios Diversos para o SCFV

2239 Gestão de Pessoal dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV

2240 Manutenção dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV

**Unid. Orçam.**

FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL

FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL

FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL

**Programa Descrição**

1034 Programa Mais Médicos

**Objetivo:** Por intermédio da Lei nº 12.871, de 2013 ( Conversão da Medida Provisória nº 621, de 2013) Ampliar a capacidade de atendimento na atenção básica do município.

**Metas**

1129 Aquisição de Móveis, Máquinas e Equipamentos Diversos p/Programa Mais Médicos

2244 Manutenção do Programa Mais Médicos

**Unid. Orçam.**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS





PM Camocim de São Félix  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS E PRIORIDADES  
2017

**Programa** Descrição  
0821 Coordenação da Mulher

**Objetivo:** Permitir o regular funcionamento da Coordenação da Mulher, no Município.

Metas	Unid. Orçam.
1136 Aquisição de Equip. de Informática, Automovéis, Móveis e Utensílios Diversos para Atenção às Mulheres	SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL
2153 Gestão Administrativa de Pessoal da Coordenação da mulher	SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL
2154 Manutenção das Atividades Gerais da Coordenação da mulher	SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL

**Programa** Descrição  
0901 Gestão Administrativa do Fundo Previdenciário

**Objetivo:** Subsidiar e dar condições para a gestão de Pessoal do RPPS; Garantir a existência e continuidade do RPPS.

Metas	Unid. Orçam.
1137 Gestão Administrativa do Fundo Previdenciário	FUNDO PREVIDENCIÁRIO DE CAMOCIM DE SÃO FÉLIX - FUNPRECAM
2254 Manutenção da Atividades do Fundo Previdenciário	FUNDO PREVIDENCIÁRIO DE CAMOCIM DE SÃO FÉLIX - FUNPRECAM
2255 Capacitação, Treinamento e Qualificação de Agentes Municipais - RPPS	FUNDO PREVIDENCIÁRIO DE CAMOCIM DE SÃO FÉLIX - FUNPRECAM

**Programa** Descrição  
0902 Custeio dos Servidores Reformados e Inativos

**Objetivo:** Subsidiar e dar condições para a gestão de Pessoal do RPPS; Garantir a existência e continuidade do RPPS.

Metas	Unid. Orçam.
0902 Custeio dos Servidores Reformados e Inativos	FUNDO PREVIDENCIÁRIO DE CAMOCIM DE SÃO FÉLIX - FUNPRECAM





## **ANEXO II**

### **ANEXO DE METAS FISCAIS LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PLDO/2017**

( ART. 165, § 2º, da Constituição Federal)

A handwritten signature in blue ink, consisting of several loops and a long tail stroke, positioned below the text.



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
METAS ANUAIS

R\$ milhares

LR, Art. 4º § 1º

ESPECIFICAÇÃO	2017				2018				2019			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/PIB)x100	% RCL (a/RCL)x100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b/PIB)x100	% RCL (b/RCL)x100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c/100)x100	% RCL (a/RCL)x100
Receita Total	44.727	47.410	42,05	113,16	48.054	53.688	43,905	112,13	51.621	64.190	45,702	111,20
Receitas Não-Financeiras (I)	44.621	47.299	41,95	112,89	47.940	53.560	43,801	111,87	51.498	64.037	45,593	110,94
Despesa Total	44.659	47.339	41,99	112,99	47.946	53.567	43,807	111,88	51.501	64.041	45,596	110,94
Despesas Não-Financeiras (II)	43.658	46.278	41,05	110,45	46.997	52.507	42,940	109,67	50.569	62.881	44,770	108,93
Resultado Primário (I-II)	963	1.021	0,91	2,44	943	1.054	0,862	2,20	929	1.155	0,823	2,00
Resultado Nominal	-123	-130	-0,12	-0,31	-838	-937	-0,766	-1,96	-808	-1.005	-0,715	-1,74
Dívida Pública Consolidada	2.490	2.639	2,34	6,30	1.639	1.831	1,498	3,82	799	994	0,707	1,72
Dívida Consolidada Líquida	2.281	2.417	2,14	5,77	1.479	1.653	0,014	3,45	682	848	0,604	1,47
Receitas Primárias advindas de PPP (IV)	0	0	0,00	0,00	0	0	0	0,00	0	0	0	0,00
Despesas Primárias geradas por PPP (V)	0	0	0,00	0,00	0	0	0	0,00	0	0	0	0,00
Impacto do saldo das PPP (VI) = (IV-V)	0	0	0,00	0,00	0	0	0	0,00	0	0	0	0,00

Notas:

1 - O Valor do PIB do município em 2013 foi de R\$ 113.154 mil reais em 2014 e 2015 houve um decréscimo de 0,1 e -4,05 respectivamente, estimado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, através da home-page <http://www.ibge.gov.br/> e pela Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco - CONDEPE-FIDEM, através do site <http://www.condepedem.pe.gov.br/>.

2 - O valor projetado do PIB Estadual para os exercícios de 2015, 2016, 2017 e 2018 foram baseados na previsão da taxa de crescimento do PIB Nacional, conforme o PLDO 2017 da União.

Ano	Taxa de Crescimento do PIB % *	Valor em milhares (R\$)	Projeção da RCL
2013	-	113.154	
2014	0,10%	113.267	26.366
2015	-4,05%	108.680	29.994
2016	-3,10%	105.311	33.839
2017	1,00%	106.364	39.527
2018	2,90%	109.448	42.854
2019	3,20%	112.951	46.421

\*Parâmetros da Secretaria de Planejamentos Estratégicos - Ministério da Fazenda

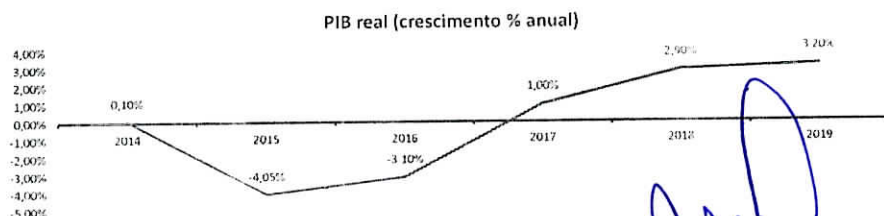
3 - O cálculo das Metas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico

VARIÁVEIS	2017	2018	2019
PIB real (crescimento % anual)	1,00	2,90	3,20
Inflação Média (% anual) projetada com base no índice IPCA	6,00	5,40	5,00
Projeções da Taxa SELIC (fim de período % a.a.)	12,75	11,50	11,00
Projeção do PIB do Estado - R\$ milhares	106.364	109.448	112.951
Receita Corrente Líquida - RCL	39.527	42.854	46.421

4 - Metodologia de Cálculo dos Valores Contantes

	2017	2018	2019
Índice para Deflação	1,060	1,117	1,243

5 - Série histórica do PIB



# I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais da Receita

## TOTAL DAS RECEITAS

R\$ milhares

ESPECIFICAÇÃO - Portaria STN 248/2003	Realizado 2014	Realizado 2015	Projetado 2016
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>26.366</b>	<b>29.994</b>	<b>33.839</b>
Receita Tributária	1.440	1.390	1.174
Receitas de Contribuições	12	169	352
Receita Patrimonial	68	94	90
Aplicações Financeiras	67	94	90
Outras Receitas Patrimoniais	1	0	0
Receita Agropecuária	0	0	0
Receita Industrial	0	0	0
Receita de Serviços	38	23	0
<b>Transferências Correntes</b>	<b>24.668</b>	<b>28.210</b>	<b>32.053</b>
Cota-Parte do FPM	13.442	13.867	15.762
Transf. de Recursos do SUS - FMS	1.964	2.579	3.130
Cota-Parte do ICMS	2.751	3.354	3.306
Cota-Parte do IPVA	108	168	498
Transferências do FUNDEB	7.372	8.274	11.342
Outras Transferências Correntes	2.180	3.450	1.928
<b>(-)Deduções</b>	<b>3.149</b>	<b>3.482</b>	<b>3.913</b>
Outras Receitas Correntes	140	108	170
Receita da Dívida Ativa	87	52	48
Demais Receitas	53	56	122
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>	<b>930</b>	<b>1.318</b>	<b>1.884</b>
Operações de Créditos	0	0	0
Alienação de Bens	0	111	0
Amortização de Empréstimos	0	0	0
Transferências de Capital	930	1.207	1.884
Outras Receitas de Capital	0	0	0
<b>TOTAL GERAL DA RECEITA</b>	<b>27.296</b>	<b>31.312</b>	<b>35.723</b>

ESPECIFICAÇÃO - Portaria STN 248/2003	PREVISÃO - R\$ milhares		
	2017	2018	2019
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>39.527</b>	<b>42.854</b>	<b>46.421</b>
Receita Tributária	1.311	1.465	1.636
Receitas de Contribuições	412	446	483
Receita Patrimonial	105	114	123
Aplicações Financeiras	105	114	123
Outras Receitas Patrimoniais	0	0	0
Receita Agropecuária	0	0	0
Receita Industrial	0	0	0
Receita de Serviços	0	0	0
<b>Transferências Correntes</b>	<b>37.502</b>	<b>40.614</b>	<b>43.945</b>
Cota-Parte do FPM	18.442	19.972	21.610
Transf. de Recursos do SUS - FMS	3.662	3.966	4.291
Cota-Parte do ICMS	3.868	4.189	4.533
Cota-Parte do IPVA	583	631	683
Transferências do FUNDEB	13.270	14.372	15.550
Outras Transferências Correntes	2.256	2.443	2.643
<b>(-)Deduções</b>	<b>4.578</b>	<b>4.958</b>	<b>5.365</b>
Outras Receitas Correntes	196	214	234
Receita da Dívida Ativa	54	60	67
Demais Receitas	143	155	167
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>	<b>5.200</b>	<b>5.200</b>	<b>5.200</b>
Operações de Créditos	0	0	0
Alienação de Bens	0	0	0
Amortização de Empréstimos	0	0	0
Transferências de Capital	5.200	5.200	5.200
Outras Receitas de Capital	0	0	0
<b>TOTAL GERAL DA RECEITA</b>	<b>44.727</b>	<b>48.054</b>	<b>51.621</b>

Nota:

1 - Os parâmetros utilizados para se chegar aos valores projetados foram baseados na taxa de inflação do Índice de Preços ao Consumidor (IPCA), na taxa de crescimento do PIB nacional e nas ações econômico-financeiras e administrativas que serão tomadas por este município para obter uma melhoria na fiscalização e obtenção de recursos financeiros para os exercícios futuros.

## I.a - Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Fontes de Receita

### Receita Tributária

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$ milhares	VARIAÇÃO %
2014	1.440	-
2015	1.390	-3,47%
2016	1.174	-15,54%
2017	1.311	11,70%
2018	1.465	11,70%
2019	1.636	11,70%

### Receita da Dívida Ativa

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$ milhares	VARIAÇÃO %
2014	87	-
2015	52	-40,23%
2016	48	-7,69%
2017	54	11,70%
2018	60	11,70%
2019	67	11,70%

### Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$ milhares	VARIAÇÃO %
2014	13.442	-
2015	13.867	3,16%
2016	15.762	13,67%
2017	18.442	17,00%
2018	19.972	8,30%
2019	21.610	8,20%

### Transferências de Recursos do SUS

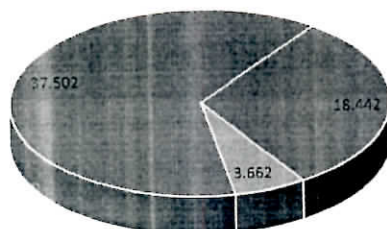
Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$ milhares	VARIAÇÃO %
2014	1.964	-
2015	2.579	31,31%
2016	3.130	21,36%
2017	3.662	17,00%
2018	3.966	8,30%
2019	4.291	8,20%

#### Notas:

1 - O aumento previsto para a Receita Tributária e Receita da Dívida Ativa, provém da aplicação de uma política de intensificação da fiscalização na arrecadação dos tributos de competência municipal, o que refletirá num acréscimo de 10% nas projeções de 2017 a 2019.

2 - As projeções para 2017, 2018 e 2019 foram realizadas considerando-se a taxa de inflação do IPCA prevista respectivamente em 6,00%, 5,40% e 5,00%. Também foi considerada a previsão da taxa de crescimento do PIB para 2017, 2018 e 2019 com os respectivos percentuais de 1,00%, 2,90% e 3,20%. Estes parâmetros foram utilizados pela Secretaria do Orçamento Fiscal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e publicados no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2017.

### 1. Participação do FPM e Transferências do SUS nas Transferências Correntes - 2017



- Transferências Correntes
- Cota-Parte do FPM
- Transf. de Recursos do SUS - FMS

## II - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais da Despesa

### TOTAL DAS DESPESAS

R\$ milhares

CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESA	Realizada		Projetada
	2014	2015	2016
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>27.269</b>	<b>34.558</b>	<b>31.801</b>
Pessoal e Encargos Sociais	15.748	18.583	20.303
Juros e Encargos da Dívida	0	0	118
Outras Despesas Correntes	11.521	15.975	11.380
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>3.622</b>	<b>4.857</b>	<b>1.391</b>
Investimentos	3.535	4.688	563
Inversões Financeiras	87	169	0
Amortização da Dívida	0	0	828
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>TOTAL</b>	<b>30.891</b>	<b>39.415</b>	<b>33.192</b>

CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESA	PREVISÃO - R\$ milhares		
	2017	2018	2019
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>37.261</b>	<b>40.518</b>	<b>44.013</b>
Pessoal e Encargos Sociais	23.716	25.712	27.853
Juros e Encargos da Dívida	113	98	92
Outras Despesas Correntes	13.432	14.707	16.067
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>7.003</b>	<b>7.000</b>	<b>7.024</b>
Investimentos	6.115	6.149	6.184
Inversões Financeiras	0	0	0
Amortização da Dívida	888	851	840
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>395</b>	<b>429</b>	<b>464</b>
Reserva de Contigência	395	429	464
Reserva do RPPS	0	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>44.659</b>	<b>47.946</b>	<b>51.501</b>

Fonte:

1 - Os valores projetados para outras despesas correntes foram baseados na projeção da taxa de inflação do Índice de Preços ao Consumidor (IPCA) em 7,40%, 6,00%, 5,40% e 5,00% respectivamente para os exercícios de 2016 a 2019. Também foi considerada a previsão da taxa de crescimento do PIB para os exercícios de 2016 a 2019 com os respectivos percentual de -3,10%, 1,00%, 2,90% e 3,20%. Estes parâmetros foram utilizados pela Secretaria do Orçamento Fiscal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e publicados no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2017.

## II.a - Metodologia de Memória de Cálculo da Despesa

### Pessoal e Encargos Sociais

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$ milhares	VARIAÇÃO %
2014	15.748	-
2015	18.583	18,00%
2016	20.303	9,26%
2017	23.716	16,81%
2018	25.712	8,42%
2019	27.853	8,32%

Nota:

1 - O aumento do volume de despesas identificado no Grupo de Natureza de Despesa Pessoal e Encargos Sociais se deve a fatos como o reajuste salarial dos servidores da ativa e dos proventos de aposentadoria dos inativos, obedecendo ao limite prudencial de despesa com pessoal do município, conforme § único do art. 22 da LRF.

### Juros e Encargos da Dívida

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$ milhares	VARIAÇÃO %
2014	0	-
2015	0	#DIV/0!
2016	118	0,00%
2017	113	95,96%
2018	98	86,44%
2019	92	94,42%

Fonte:

1 - A projeção para o pagamento de juros e encargos da dívida dar-se-á pela taxa de juros a longo prazo (TJLP%) de 12,75%, 11,50% e 11,00% com base nos valores amortizados respectivamente nos exercícios de 2017, 2018 e 2019.

### Reserva de Contingência

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$ milhares	VARIAÇÃO %
2014	0	-
2015	0	0,00%
2016	0	0,00%
2017	395	0,00%
2018	429	8,42%
2019	464	8,32%

Nota:

1- Os valores fixados para a Reserva de Contingência terão a função de suprir dotações a serem utilizadas para pagamento de contingências do município, correspondendo a 1% da Receita Corrente Líquida.



### III - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário

#### RESULTADO PRIMÁRIO

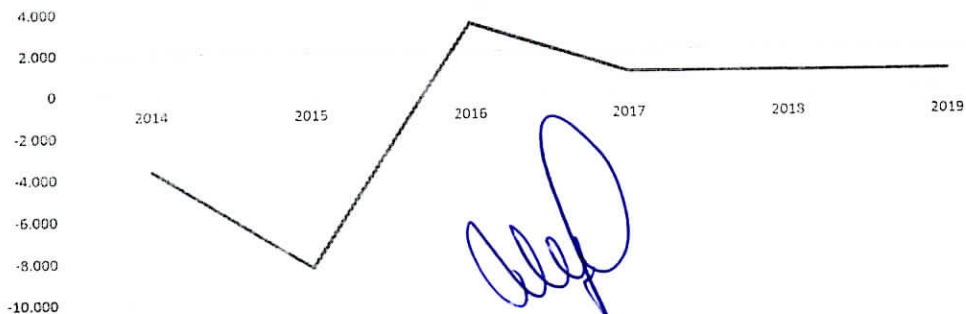
R\$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	2014	2015	2016	2017	2018	2019
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	26.366	29.994	33.839	39.527	42.854	46.421
Receita Tributária	1.440	1.390	1.174	1.311	1.465	1.636
Receitas de Contribuições	12	169	352	412	446	483
Receita Patrimonial	68	94	90	105	114	123
Aplicações Financeiras (II)	67	94	90	105	114	123
Outras Receitas Patrimoniais	1	0	0	0	0	0
Receita Agropecuária	0	0	0	0	0	0
Receita Industrial	0	0	0	0	0	0
Receita de Serviços	38	23	0	0	0	0
Transferências Correntes	24.668	28.210	32.053	37.502	40.614	43.945
Outras Receitas Correntes	140	108	170	196	214	234
<b>RECEITAS FISCAIS CORRENTES (III) = (I) - (II)</b>	26.299	29.900	33.749	39.421	42.740	46.298
<b>RECEITA DE CAPITAL (IV)</b>	930	1.318	1.884	5.200	5.200	5.200
Operações de Créditos (V)	0	0	0	0	0	0
Alienação de Bens (VI)	0	111	0	0	0	0
Amortização de Empréstimos (VII)	0	0	0	0	0	0
Transferências de Capital	930	1.207	1.884	5.200	5.200	5.200
Outras Receitas de Capital	0	0	0	0	0	0
<b>RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL (VIII) = (IV-V-VI-VII)</b>	930	1.207	1.884	5.200	5.200	5.200
<b>RECEITAS NÃO-FINANCEIRAS (IX) = (III+VIII)</b>	27.229	31.107	35.633	44.621	47.940	51.498
<b>DESPESAS CORRENTES (X)</b>	27.269	34.558	31.801	37.261	40.518	44.013
Pessoal e Encargos Sociais	15.748	18.583	20.303	23.716	25.712	27.853
Juros e Encargos da Dívida (XI)	0	0	118	113	98	92
Outras Despesas Correntes	11.521	15.975	11.380	13.432	14.707	16.067
<b>DESPESAS FISCAIS CORRENTES (XII) = (X-XI)</b>	27.269	34.558	31.683	37.148	40.420	43.920
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XIII)</b>	3.622	4.857	1.391	7.003	7.000	7.024
Investimentos	3.535	4.688	563	6.115	6.149	6.184
Inversões Financeiras	87	169	0	0	0	0
Amortização da Dívida (XIV)	0	0	828	888	851	840
<b>DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL (XV) = (XIII-XIV)</b>	3.622	4.857	563	6.115	6.149	6.184
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	0	0	0	395	429	464
<b>DESPESAS NÃO-FINANCEIRAS (XVII) = (XII+XV+XVI)</b>	30.891	39.415	32.246	43.658	46.997	50.569
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (IX-XVII)</b>	-3.662	-8.308	3.387	963	943	929

Nota:

- Os dados relativos às receitas e despesas foram extraídos das metas fiscais estabelecidas para as mesmas, conforme demonstrado anteriormente.
- O cálculo da Meta de Resultado Primário obedeceu à metodologia estabelecida pelo Governo Federal, através das Portarias expedidas pelo STN - Secretaria do Tesouro Nacional, relativas às normas da contabilidade pública.

#### Evolução do Resultado Primário



IV - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Nominal

RESULTADO NOMINAL

R\$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	2014 (b)	2015 (c)	2016 (d)	2017 (e)	2018 (f)	2019 (g)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	4.604	4.206	3.378	2.490	1.639	799
DEDUÇÕES (II)	0	0	87	209	160	117
Ativo Financeiro	969	857	216	157	114	83
Haveres Financeiros	299	319	87	63	46	33
(-) Restos a Pagar Processados	3.916	4.347	216	11	1	0
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I-II)	4.604	4.206	3.291	2.281	1.479	682
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0	0	0	0	0	0
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0	0	0	888	851	840
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III+IV+V)	4.604	4.206	3.291	3.169	2.330	1.522
	(b-a *)	(c-b)	(d-c)	(e-d)	(f-e)	(g-f)
RESULTADO NOMINAL	-169	-398	-915	-123	-838	-808

Notas:

1 - O cálculo da Metas Anuais relativas ao resultado Nominal foi efetuado em conformidade com a metodologia estabelecida pelo Governo Federal, normatizada pela STN - Secretaria do Tesouro Nacional.

\*: Refere-se ao valor previsto da Dívida Consolidada Líquida da exercício orçamentário anterior ao previsto no exercício de 2013.

V - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Montante da Dívida Pública

MONTANTE DA DÍVIDA

R\$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	2014	2015	2016	2017	2018	2019
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA (I)</b>	<b>4.604</b>	<b>4.206</b>	<b>3.378</b>	<b>2.490</b>	<b>1.639</b>	<b>799</b>
Dívida Mobiliária						
Outras Dívidas	4.604	4.206	3.378	2.490	1.639	799
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>87</b>	<b>209</b>	<b>160</b>	<b>117</b>
Ativo Disponível	969	857	216	157	114	83
Haveres Financeiros	299	319	87	63	46	33
(-) Restos a Pagar Processados	3.916	4.347	216	11	1	0
<b>DCL (III) = (I-II)</b>	<b>4.604</b>	<b>4.206</b>	<b>3.291</b>	<b>2.281</b>	<b>1.479</b>	<b>682</b>

Nota:

1 - Para preenchimento do campo da Dívida Consolidada foram consideradas as projeções de amortização conforme demonstrativo abaixo:

	2015	2016	2017	2018	2019
INSS	4.159	3.319	2.479	1.639	799
PIS/PASEP	47	0	0	0	0
CELPE E COMPESA		59	11	0	0
	0	0	0	0	0
PRECATÓRIOS	0	0	0	0	0
OUTRAS DÍVIDAS	0	0	0	0	0
<b>TOTAIS</b>	<b>4.206</b>	<b>3.378</b>	<b>2.490</b>	<b>1.639</b>	<b>799</b>

2 - A projeção do Ativo Disponível e dos Haveres Financeiros de 2016 foi elaborada da seguinte forma:

	Valores em milhares (R\$)
Disponibilidade de caixa de 2015	857
Realizável de 2015	319
(=) Ativo Financeiro de 2015	1.176
(-) Restos a Pagar Processados	4.347
(=) Saldo Financeiro de 2015	-3.171
(+) Resultado Primário provável para 2016	3.387
(=) Disponibilidade Financeira projetada para 2016	216



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017  
ANEXO DE METAS FISCAIS

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

R\$ milhares

LRF, Art. 4º § 2º, inciso I

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2015 (a)	% PIB	% RCL	Metas Realizadas em 2015 (b)	% PIB	% RCL	Variação	
							Valor (c)=(b-a)	% (c/a)x100
Receita Total	44.939	41,35	149,83	31.312	27,67	104,39	-13.627	-30,32
Receitas Não-Financeiras (I)	44.852	41,27	149,54	31.107	27,49	103,71	-13.745	-30,65
Despesa Total	44.906	41,32	149,72	39.415	34,83	131,41	-5.491	-12,23
Despesas Não-Financeiras (II)	44.760	41,19	149,23	39.415	34,83	131,41	-5.345	-11,94
Resultado Primário (I-II)	92	0,08	0,31	-8.308	-7,34	-27,70	-8.400	-9.130,43
Resultado Nominal	-176	-0,16	-0,59	-398	-0,35	-1,33	-222	126,14
Dívida Pública Consolidada	4.509	4,15	15,03	4.206	3,72	14,02	-303	-6,72
Dívida Consolidada Líquida	3.488	3,21	11,63	4.206	3,72	14,02	718	20,58

## Notas:

1 - O Valor do PIB do município em 2013 foi de R\$ 113.154 mil reais em 2014 e 2015 houve um decréscimo de 0,1 e -4,05 respectivamente, estimado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, através da home-page <http://www.ibge.gov.br/> e pela Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco - CONDEPE-FIDEM, através do site <http://www.condepefidem.pe.gov.br/>.



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017  
ANEXO DE METAS FISCAIS

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

LRF, Art. 4º § 2º, inciso II

R\$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2014	2015	%	2016	%	2017	%	2018	%	2019	%
Receita Total	44.850	44.939	0,198	44.516	-0,941	44.727	0,473	48.054	7,439	51.621	7,424
Receitas Não-Financeiras (I)	44.087	44.852	1,735	44.416	-0,972	44.621	0,462	47.940	7,437	51.498	7,422
Despesa Total	43.537	44.906	3,144	44.516	-0,868	44.659	0,322	47.946	7,359	51.501	7,415
Despesas Não-Financeiras (II)	43.269	44.760	3,446	44.072	-1,537	43.658	-0,939	46.997	7,647	50.569	7,600
Resultado Primário (I-II)	818	92	-88,753	344	273,913	963	180,006	943	-2,103	929	-1,459
Resultado Nominal	-345	-176	-48,986	-7.338	4.069,318	-123	-98,325	-838	582,215	-808	-3,632
Dívida Pública Consolidada	4.360	4.509	3,417	3.808	-15,547	2.490	-34,611	1.639	-34,177	799	-51,251
Dívida Consolidada Líquida	2.152	3.488	62,082	1.490	-57,282	2.281	53,058	1.479	-35,142	682	-53,883

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2014	2015	%	2016	%	2017	%	2018	%	2019	%
Receita Total	42.919	46.961	9,418	47.009	0,102	47.410	0,854	53.688	13,240	64.190	19,563
Receitas Não-Financeiras (I)	42.189	46.870	11,095	46.903	0,070	47.299	0,843	53.560	13,238	64.037	19,561
Despesa Total	41.662	46.926	12,635	47.008	0,175	47.339	0,704	53.567	13,156	64.041	19,553
Despesas Não-Financeiras (II)	41.406	46.774	12,964	46.540	-0,500	46.278	-0,564	52.507	13,460	62.881	19,759
Resultado Primário (I-II)	783	96	-87,739	363	278,125	1.021	181,271	1.054	3,183	1.155	9,676
Resultado Nominal	(330)	-184	-44,242	-7.749	4.111,413	-130	-98,319	-937	619,054	-1.005	7,257
Dívida Pública Consolidada	4.172	4.712	12,943	4.021	-14,665	2.639	-34,360	1.831	-30,622	994	-45,742
Dívida Consolidada Líquida	2.059	3.645	77,028	1.573	-56,845	2.417	53,681	1.653	-31,640	848	-48,672



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**CAMOCIM**  
**DE SÃO FÉLIX**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

LRF, Art. 4º § 2º, inciso III

R\$ milhares

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2015	%	2014	%	2013	%
Patrimônio / Capital	15.585	100	12.431	100	12.155	100
Reservas	-	0	-	0	-	0
Resultado Acumulado		0		0		0
TOTAL	15.585	100	12.431	80	12.155	100

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2015	%	2014	%	2013	%
Patrimônio	-	0	-	0	-	0
Reservas		0		0		0
Lucros ou Prejuízos Acumulados		0		0		0
TOTAL	-	0	-	0	-	0





PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**CAMOCIM**  
DE SÃO FÉLIX

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017  
ANEXO DE METAS FISCAIS

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM ALIENAÇÃO DE ATIVOS

LRF, Art. 4º § 2º, inciso III

R\$ milhares

RECEITAS REALIZADAS	2015 (a)	2014 (d)	2013
RECEITAS DE CAPITAL	0	0	0
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0	0	0
Alienação de Bens Móveis	0	0	0
Alienação de Bens Imóveis	0	0	0
TOTAL	0	0	0
DESPESAS EXECUTADAS	2015 (b)	2014 (e)	2012
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0	0	0
DESPESAS DE CAPITAL	0	0	0
Investimentos	0	0	0
Inversões Financeiras	0	0	0
Amortização da Dívida	0	0	0
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVID.	0	0	0
Regime Geral de Previdência Social	0	0	0
Regime Próprio de Servidores Públicos	0	0	0
TOTAL	0	0	0
SALDO FINANCEIRO	(c)=(a+b)+(f)	(f)=(d-e)+(g)	(g)
	0	0	0

Demonstrativo VI (a) - Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO RPPS

(LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ Milhares

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES			
PLANO PREVIDENCIÁRIO			
	2013	2014	2015
<b>RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS</b>			
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	-	-	-
Receita de Contribuições dos Segurados	-	-	-
Civil	-	-	-
Ativo	-	-	-
Inativo	-	-	-
Pensionista	-	-	-
Militar	-	-	-
Ativo	-	-	-
Inativo	-	-	-
Pensionista	-	-	-
Receita de Contribuições Patronais	-	-	-
Civil	-	-	-
Ativo	-	-	-
Inativo	-	-	-
Pensionista	-	-	-
Militar	-	-	-
Ativo	-	-	-
Inativo	-	-	-
Pensionista	-	-	-
Em Regime de Parcelamento de Débitos	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-
Receitas Imobiliárias	-	-	-
Receitas de Valores Mobiliários	-	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-
Receita de Serviços	-	-	-
Receita de Aporte Periódico de Valores Predefinidos	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-
<b>RECEITAS DE CAPITAL (II)</b>	-	-	-
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (III) = (I + II)</b>	-	-	-
<b>DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS</b>			
<b>ADMINISTRAÇÃO (IV)</b>	-	-	-
Despesas Correntes	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-
<b>PREVIDÊNCIA (V)</b>	-	-	-
Benefícios - Civil	-	-	-
Aposentadorias	-	-	-
Pensões	-	-	-
Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-
Benefícios - Militar	-	-	-
Reformas	-	-	-
Pensões	-	-	-
Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-
Outras Despesas Previdenciárias	-	-	-
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	-	-	-
Demais Despesas Previdenciárias	-	-	-
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (VI) = (IV + V)</b>	0	0	0
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)</b>	-	-	-
<b>RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>			
VALOR			
<b>RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS</b>			
VALOR			



APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	2013	2014	2015
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar			
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos			
Outros Aportes para o RPPS			
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro			

BENS E DIREITOS DO RPPS	2013	2014	2015
Caixa e Equivalentes de Caixa			
Investimentos e Aplicações			
Outro Bens e Direitos			

**PLANO FINANCEIRO**

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2013	2014	2015
<b>RECEITAS CORRENTES (VIII)</b>	-	-	-
<b>Receita de Contribuições dos Segurados</b>	-	-	-
Civil	-	-	-
Ativo	-	-	-
Inativo	-	-	-
Pensionista	-	-	-
Militar	-	-	-
Ativo	-	-	-
Inativo	-	-	-
Pensionista	-	-	-
<b>Receita de Contribuições Patronais</b>	-	-	-
Civil	-	-	-
Ativo	-	-	-
Inativo	-	-	-
Pensionista	-	-	-
Militar	-	-	-
Ativo	-	-	-
Inativo	-	-	-
Pensionista	-	-	-
Em Regime de Parcelamento de Débitos	-	-	-
<b>Receita Patrimonial</b>	-	-	-
Receitas Imobiliárias	-	-	-
Receitas de Valores Mobiliários	-	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-
Receita de Serviços	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-
<b>RECEITAS DE CAPITAL (IX)</b>	-	-	-
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (X) = (VIII + IX)</b>	-	-	-

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2013	2014	2015
<b>ADMINISTRAÇÃO (XI)</b>	0	0	0
Despesas Correntes	0	-	-
Despesas de Capital	0	-	-
<b>PREVIDÊNCIA (XII)</b>	0	0	0
Benefícios - Civil	0	0	0
Aposentadorias			
Pensões			
Outros Benefícios Previdenciários			
Benefícios - Militar	0	0	0
Reformas			
Pensões			
Outros Benefícios Previdenciários			
Outras Despesas Previdenciárias	0	0	0
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS			
Demais Despesas Previdenciárias			
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (XIII) = (XI + XII)</b>	0	0	0
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XIV) = (X - XIII)</b>	0	0	0

APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS	2013	2014	2015
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras			
Recursos para Formação de Reserva			

Demonstrativo VI (b) - Projeção Atuarial do RPPS



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**CAMOCIM**  
DE SÃO FÉLIX

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017  
ANEXO DE METAS FISCAIS

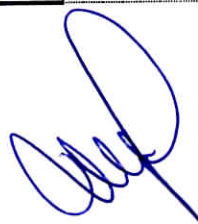
PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

LRF, Art. 4º § 2º, inciso IV, alínea a

R\$

EXERCÍCIO	Receitas Previdenciárias (a)	Despesas Previdenciárias (b)	Resultado Previdenciário (c)=(a - b)	Saldo Financeiro do Exercício (d) = (d Exercício Anterior) + ( c )
2016			0,00	-
2017			0,00	-
2018			0,00	-
2019			0,00	-
2020			0,00	-
2021			0,00	-
2022			0,00	-
2023			0,00	-
2024			0,00	-
2025			0,00	-
2026			0,00	-
2027			0,00	-
2028			0,00	-
2029			0,00	-
2030			0,00	-
2031			0,00	-
2032			0,00	-
2033			0,00	-
2034			0,00	-
2035			0,00	-
2036			0,00	-
2037			0,00	-
2038			0,00	-
2039			0,00	-
2040			0,00	-
2041			0,00	-
2042			0,00	-
2043			0,00	-
2044			0,00	-
2045			0,00	-
2046			0,00	-
2047			0,00	-
2048			0,00	-
2049			0,00	-
2050			0,00	-
2051			0,00	-
2052			0,00	-
2053			0,00	-

2054		0,00	-
2055		0,00	-
2056		0,00	-
2057		0,00	-
2058		0,00	-
2059		0,00	-
2060		0,00	-
2061		0,00	-
2062		0,00	-
2063		0,00	-
2064		0,00	-
2065		0,00	-
2066		0,00	-
2067		0,00	-
2068		0,00	-
2069		0,00	-
2070		0,00	-
2071		0,00	-
2072		0,00	-
2073		0,00	-
2074		0,00	-
2075		0,00	-
2076		0,00	-
2077		0,00	-
2078		0,00	-
2079		0,00	-
2080		0,00	-
2081		0,00	-
2082		0,00	-
2083		0,00	-
2084		0,00	-
2085		0,00	-
2086		0,00	-
2087		0,00	-
2088		0,00	-
2089		0,00	-
2090		0,00	-





LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

LRF, Art. 4º § 2º, inciso V

R\$ milhares

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2017	2018	2019	
IPTU (Desconto de Multas e Juros)	Remissão	FINANÇAS	273	305	341	Incentivo Fiscal
<b>TOTAL</b>			<b>273</b>	<b>305</b>	<b>341</b>	-

Nota:

1 - O Município tem previsão de efetuar descontos em guias do IPTU e Dívida Ativa atrasados dos contribuintes para os exercícios de 2017, 2018 e 2019 por meio de incentivos fiscais que implique no aumento da receita tributária dos exercícios correspondentes.



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

EVENTO	R\$ milhares
Aumento Permanente da Receita	
(-) Transferências Constitucionais	
(-) Transferências ao FUNDEB	
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	0
Redução Permanente de Despesa (II)	
Margem Bruta (III)=(I+II)	0
Saldo Utilizado na Margem Bruta (IV)	
Impacto de Novas DDOC	
Margem Líquida de Expansão de DDOC (III-IV)	0

Nota:

1 - O município não tem previsão de efetuar expansão de despesa obrigatória de caráter continuado para o exercício de 2017.

**ANEXO III**

**ANEXO DE RISCOS FISCAIS  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
PLDO/2017**

( ART. 165, § 2º, da Constituição Federal)

A handwritten signature in blue ink, consisting of several loops and a long horizontal stroke at the end, positioned to the right of the text below.



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**CAMOCIM**  
DE SÃO FÉLIX

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017  
ANEXO DE RISCOS FISCAIS  
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

LRF, Art. 4º § 3º

R\$ milhares

PASSIVOS CONTIGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Epidemias, enchentes e outras situações de calamidades	205	Abertura de créditos adicionais a partir da reserva de contingência.	205
SUBTOTAL	205	SUBTOTAL	205
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Discrepância de projeções:			
Salário Mínimo	355	Abertura de créditos adicionais a partir da reserva de contingência.	355
Frustração de Receita	125	Limitação de Empenho	125
SUBTOTAL	480	SUBTOTAL	480
<b>TOTAL</b>	<b>685</b>	<b>TOTAL</b>	<b>685</b>